



MUNICÍPIO DE
ITAJAÍ

Secretaria de Educação
Coordenadoria Técnica
Diretoria de Ensino Fundamental

**DIRETRIZES MUNICIPAIS PARA
O ENSINO FUNDAMENTAL**

Itajaí (SC), dezembro de 2015.



Secretaria de Educação

Édison d'Ávila
Secretário de Educação

Sandra Cristina Vanzuita da Silva
Coordenadora Técnica

Silvana Reig Padoan
Diretora da Diretoria de Educação Infantil

Cristiane da Silva
Coordenadora de Ensino

**DIRETRIZES MUNICIPAIS PARA
O ENSINO FUNDAMENTALO**

Itajaí (SC), dezembro de 2015.

Grupos de Trabalho para elaboração das Diretrizes

Bloco de Alfabetização 1º Ano/2º Ano/

1	Ana Paula R. Dagnoni
2	Fernanda Lima
3	Hilda Alves dos Santos
4	Karine Pianecer
5	Leila Lehmhuhl da Silva
6	Lisandra de Souza Silveira
7	Maria Lúcia Pickering
8	Michelle Rigueira da Silva
9	Patricia Malheiros
10	Renata Pereira da Rocha Teodoro
11	Rosimeri Teresinha Censi Martins
12	Rosimeri da Silva
13	Rudnéia Schuller
14	Silvia Azevedo

4º e 5º Ano

1	Andrey Felipe Cé Soares
2	Claudemir da Silva
3	Conceição Aparecida Valentin da Silva
4	Cristina de Jesus Vicente
5	Elaine Simões Romual Rebeca
6	Fabiana Henrique
7	Gerti Maria Franzen Reckziegel
8	Graziela Baldo
9	Hilze Mary Vieira Leopoldo
10	Maria Regina Rebello Motta
11	Michele de Oliveira
12	Monica Meirinho
13	Rosana Paula Correa
14	Sheila Anaiza de Souza

Língua Portuguesa

1	Bianca Leilani Vidal Alexandre Vidal
2	Silvano Pedro Amaro
3	Roseane Koneski
4	Bianca Leilani Vidal Alexandre Vidal

Língua Inglesa

1	Daniela Regina de Borba
2	Janaína Carvalho
3	Magali Rooge
4	Vilma Raquel Emmerich

Matemática

1	Leo Francisco Reckziegel
2	Renato João Rebelo
3	Suner Rafael da Silva

História

1	Claudia Maria Martins Vieira
2	Elenice Maria Furtado da Silva
3	Iêda Maria Pascuo Meneghetti
4	Jamile Patricio
5	Paulo Sérgio Lesnieski
6	Péricles da Costa Valle Neto

Geografia

1	Valter Cardoso
2	Wladimir Roslindo

Ciências

1	Eliane Renata Steuck
2	Luciana Rebelo
3	Paulo Neto Medeiros Perfecto

Artes

1	Carlos Eduardo Ignácio
2	Ieda Ghelere Cavalheiro
3	Kátia Helena Cordeiro da Silva
4	Lucimara Araújo Scheneider
5	Marcia Vardanga

Ensino Religioso

1	Dilma Hoier
2	Luciano de Souza
3	Roberto Lucio de Vargas

Educação Física

1	Cristian Antonio Utzig
2	Cristiane de Cássia Heusi da Silva

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

PARTE I PRINCÍPIOS NORTEADORES PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

1. CURRÍCULO, ESCOLA E SOCIEDADE

1.1 As articulações do Ensino Fundamental e a continuidade da trajetória escolar

1.2. O currículo e o Projeto Político pedagógico da escola

2. ENSINO E APRENDIZAGEM PRINCÍPIOS, OBJETIVOS E CONTEÚDOS

2.1. O currículo e os processos educativos

2.2. Fins e objetivos do Ensino Fundamental

PARTE II PRINCÍPIOS E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

3. ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS

3.1. As crianças de seis anos e o Ensino Fundamental

3.2. Princípios Norteadores do Ensino Fundamental de nove anos na Rede Municipal de Ensino

4. PRÁTICAS DE LETRAMENTO E O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO ESCOLAR

4.1. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa

4.2. Os Direitos de Aprendizagem na Alfabetização

4.3. Implantação do Bloco de Alfabetização no município de Itajaí

4.4. Espaço de Vivências em Alfabetização

PARTE III CORREÇÃO DE FLUXO NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

5. FLUXO ESCOLAR: INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA ADAPTATIVA DO TRABALHO PEDAGÓGICO DO ENSINO FUNDAMENTAL

1.5. Integrar: Programa de Aceleração da Aprendizagem no Ensino Fundamental do município de Itajaí

6. O CURRÍCULO ENQUANTO GERADOR DE SIGNIFICADOS

6.1. Concepção Pedagógica: Uma concepção de aprendizagem, uma visão de mundo

PARTE IV AÇÕES EDUCATIVAS E AS PRÁTICAS SOCIAIS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

7. ESCOLA DE CAMPO

7.1. Ensinar e Aprender no campo

8. TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS E RECURSOS DIDÁTICOS

8.1. Fundamentos da Didática Geral

8.2. Desenvolvimento Humano e Aprendizagem Tecnológica

8.3. A medição no contexto da Tecnologia Educacional: Professor X Instrutor

PARTE V AVALIAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL

9. AVALIAÇÃO DO BLOCO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

10. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ITAJAÍ

PARTE VI O CONHECIMENTO E AS DISCIPLINAS CURRICULARES – ENSINAR E APRENDER NAS ÁREAS DO CONHECIMENTO

11. REFERÊNCIAS

ANEXOS

Matriz de Habilidade do 1º ao 9º ano.

Disponível em <http://www.educacao.itajai.sc.gov.br/> (LINK MÍDIAS)

APRESENTAÇÃO

A Secretaria Municipal de Educação do município de Itajaí, por meio da Diretoria de Ensino Fundamental, com o compromisso de ofertar a toda comunidade itajaiense, um ensino de qualidade e com equidade, organizou as Diretrizes Curriculares Municipais, que tem por objetivo organizar do trabalho cotidiano nas salas de aula. Neste documento, estão explicitados os princípios orientadores do currículo e dos Projetos Políticos Pedagógicos – PPP das unidades de ensino. As matrizes de conteúdos e habilidades por disciplina/ano que incidirão sobre os fazeres pedagógicos, com vistas ao desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem com qualidade, no contexto da realidade em que vivemos.

Enfatizamos que está reunida neste documento, a concepção que orienta a construção do currículo, a avaliação, as metodologias para o ensinar e aprender de cada componente curricular. Os eixos norteadores que sustentam, habilitam e desafiam os profissionais da docência a atuarem nas unidades escolares priorizando uma educação aberta às vivências, à construção da identidade e autonomia, ao convívio com o sensível, com a diversidade e com a dinâmica dos saberes culturalmente estruturados na sociedade.

Os desafios impostos pela sociedade atual com relação à educação exigem cada vez mais a busca incessante pelo aprimoramento do conhecimento, motivo pelo qual precisam ser constantemente revisados e atualizados. As Diretrizes Municipais do Ensino Fundamental aqui apresentadas, são fruto de um trabalho construído a muitas mãos, inúmeras falas e escutas dos profissionais das áreas representadas pelos grupos de trabalhos por eles constituídos.

Prof. Edison d'Ávila
Secretário de Educação

PARTE I. PRINCÍPIOS NORTEADORES PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

No desenvolvimento da educação muitos são os elementos, atores e situações envolvidas. Desde a elaboração de uma proposta nacional, passando pelos pensadores de educação e finalizando na prática pedagógica na sala de aula, onde se materializa toda a teoria. Segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação Básica,

A educação destina-se a múltiplos sujeitos e tem como objetivo a troca de saberes, a socialização e o confronto do conhecimento, segundo diferentes abordagens exercidas por pessoas de diferentes condições físicas, sensoriais, intelectuais e emocionais, classes sociais, crenças, etnias, gêneros, origens, contextos socioculturais, e da cidade, do campo e de aldeias. Por isso, é preciso fazer da escola a instituição acolhedora, inclusiva, pois essa é uma opção “transgressora”, porque rompe com a ilusão da homogeneidade e provoca, quase sempre, uma espécie de crise de identidade institucional. (BRASIL, 2013, p. 25).

Neste sentido, as escolas deverão estabelecer como norteadores de suas ações pedagógicas os princípios:

- éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum;
- dos direitos e deveres da cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática;
- estéticos da sensibilidade, da criatividade da diversidade de manifestações artísticas e culturais;

Na elaboração do plano pedagógico levar em conta o contexto onde se insere a escola. Situar a prática para sujeitos reais entendendo:

- a percepção dos sujeitos envolvidos e de sua contribuição para o grupo;
- o acesso a todos aos conhecimentos da Base Nacional Comum;
- estabelecer uma relação profícua entre o conhecimento estabelecido curricularmente a comunidade local e o sujeito com sua maneira de ver e ser no mundo;
- o currículo deve ser enriquecida com conhecimentos locais para uma efetiva assimilação dos sujeitos e da comunidade;

A escola ideal, ainda é uma utopia. Mas há uma persistência por parte dos educadores, que a escola seja mais que espelho, seja uma fonte de renovação. Buscando o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

1. CURRÍCULO, ESCOLA E SOCIEDADE

Ao pensarmos no homem como um ser histórico, também refletiremos sobre um currículo que atenderá em épocas diferentes a interesses, em certo espaço e tempo histórico. Existe uma diferença conceitual entre currículo, que é o conjunto de ações pedagógicas e a matriz curricular, a lista de disciplinas e conteúdos, para um currículo que é um instrumento político que se vincula às ideias, à estrutura social, à cultura e ao poder.

Assim, para a Secretaria de Educação o Currículo não é apenas um documento que contemplam as disciplinas, mas toda a ação, todo o percurso percorrido pelos envolvidos no sistema educacional, família, comunidade, professores, alunos, governo federal, governo estadual e também os representantes municipais. Ou seja, todas as pessoas envolvidas no processo educacional, de certa forma elabora, organiza e legitima o currículo escolar.

O currículo do Ensino Fundamental é entendido e constituído pelas experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, buscando unir vivência e saberes dos alunos com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir as identidades dos estudantes. O foco nas experiências escolares significa que as orientações e as propostas curriculares que provêm das diversas instâncias só terão concretude por meio das ações educativas que envolvem os alunos.

As experiências escolares abrangem todos os aspectos do ambiente escolar aqueles que compõem a parte explícita do currículo, bem como os que também contribuem, de forma implícita, para a aquisição de conhecimentos socialmente relevantes.

Valores, atitudes, sensibilidade e orientações de conduta são veiculados não só pelos conhecimentos, mas por meio de rotinas, rituais, normas de convívio social, festividades, pela distribuição do tempo e organização do espaço educativo, pelos materiais utilizados na aprendizagem, enfim, pelas vivências proporcionadas pela escola.

1.1. As articulações do Ensino Fundamental e a continuidade da trajetória escolar

A preocupação com a educação formal é um tema bastante recorrente em nossa sociedade atual, uma vez que a escolarização é pressuposto para muitas

situações sociais e influencia de forma direta as relações que os sujeitos estabelecem ao longo de suas vidas.

Neste sentido, na formação integral dos aprendizes é necessário, pensar na continuidade escolar. A escola é cidadã à mesma medida em que se exercita na construção da cidadania de quem usa o seu espaço. Uma escola de produção comum do saber e da liberdade é um dos caminhos que possibilita, às pessoas, a consciência de como se dá a sua inserção na sociedade. Ou seja, é uma educação que realmente propicie a construção do conhecimento articulado ao exercício da cidadania e que com isto ensine também a importância de continuar o processo educacional.

Assim, a continuidade dos estudos possibilita a formação de cidadãos com o direito de opção, para atuarem na sociedade independentemente do papel a desempenhar, pois a liberdade e o direito de pensar, sentir e agir do ser humano são pressupostos básicos para a cidadania. Ou seja, por meio do currículo escolar e de sua estreita com o contexto, o educando poderá perceber a importância de continuar seus estudos para sua própria evolução humana e social.

Assim, diante de tamanha responsabilidade frente ao comportamento humano e conseqüentemente frente às futuras organizações sociais é preciso fundamentar e integrar as ações docentes a partir de documentos escolares que esclareçam a filosofia de trabalho e a concepção de aprendizagem proposta pela escola, e que, precisam levar em consideração o futuro de seus alunos e a continuidade de seus estudos. Desta forma é essencial desenvolver ações e pensar projetos que tenham como objetivo a vida dos sujeitos envolvidos e as perspectivas futuras: Ensino Médio, Orientação Profissional, Cursos técnicos, Graduação...

Para trabalhar pelos objetivos de melhorar e tornar mais justo o sistema educacional, é necessário a colaboração de todos – um pacto pela qualidade para todos – em torno de um projeto cultural sólido, adequado aos estudantes, capaz de atraí-los, válido para entender e participar na vida e na sociedade atual, que esteja em processo de melhora e atualização constantes e em que fique clara a responsabilidade de cada um. (SACRISTÁN, 2007, p. 42)

A articulação entre o Ensino Fundamental e os demais níveis de escolaridade não é tarefa fácil, uma vez que segundo dado do IDH – Índice de Desenvolvimento Humano/Itajaí/2010, 73,82 por cento dos alunos entre 15 e 17 anos completam o Ensino Fundamental, porém apenas 54,18 por cento dos alunos entre 18 e 20 anos completam o Ensino Médio. Para reverter tal situação é urgente pensar políticas públicas de integração entre os níveis de Ensino e seus órgãos e instituições competentes, a fim de preencher tais lacunas da educação formal.

A composição do currículo “traz uma base nacional comum, onde garante uma unidade nacional, para que todos os alunos possam ter acesso aos conhecimentos mínimos”. Quer dizer, todos os alunos independentemente de qual cidade, venham a ter os mínimos conhecimentos. E a parte diversificada é a opção a qual possa ser implantada a realidade regional e local.

Os conteúdos curriculares que compõem a parte diversificada do currículo serão definidos pelos sistemas de ensino e pelas escolas, de modo a completar e enriquecer o currículo, assegurando a contextualização dos conhecimentos escolares, diante das diferentes realidades.

Os conteúdos que compõem a base nacional comum e a parte diversificada têm origem nas disciplinas científicas, no desenvolvimento das linguagens, no mundo do trabalho, na tecnologia, na produção artística, nas atividades desportivas e corporais, na área da saúde, nos movimentos sociais, e ainda incorporam saberes como os que advêm das formas diversas de exercício da cidadania, da experiência docente, do cotidiano e dos alunos.

O currículo da base nacional comum do Ensino Fundamental deve abranger obrigatoriamente, conforme o artigo 26 da LDB, o estudo da Língua Portuguesa e da Matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente a do Brasil, bem como o ensino da Arte, Educação Física, e o Ensino Religioso.

O Ensino Fundamental deve ser ministrado em língua portuguesa, mas às comunidades indígenas são asseguradas também “a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem” (Constituição Federal, art.210 §2º, e art.32 §3º da LDB).

A música constitui conteúdos obrigatórios, mas não exclusivos, do componente curricular. Arte o qual compreende, também, as artes visuais, o teatro e a dança.

O Ensino religioso, de matrícula facultativo ao aluno, e parte integrante da formação básica do cidadão e constitui componente curricular dos horários normais das escolas públicas de Ensino Fundamental, assegurando o respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil e quaisquer formas de proselitismo.

1.2. O currículo e o Projeto Político Pedagógico da escola

O Projeto Político Pedagógico da escola é o documento que legitima as ações educativas desenvolvidas, representando de forma regulamentar e sistematizada, a “vida” da unidade de ensino. Trata-se de um instrumento fundamental para a excelência do trabalho, uma vez que traduz a concepção de ensino e de

aprendizagem e a abordagem teórica, norteando os “fazer” escolares de forma contextualizada e reflexiva. Ainda, um projeto político pedagógico revela valores éticos, crenças, princípios, fundamentos filosóficos, opções curriculares e aspirações futuras. Assim, não há Projeto Político Pedagógico neutro, ele sempre aponta para uma visão de mundo, anunciando o que a equipe pretende.

Toda teoria pedagógica tem seus fundamentos baseados num sistema filosófico. É a filosofia que, expressando uma concepção de homem e de mundo, dá sentido à Pedagogia, definindo seus objetivos e determinando os métodos da ação educativa. Nesse sentido, não existe educação neutra. Ao trabalhar na área de educação, é sempre necessário tomar partido, assumir posições. E toda escolha de uma concepção de educação é, fundamentalmente, o reflexo da escolha de uma filosofia de vida (HAYDT, 1997, p. 23).

Construir o Projeto Pedagógico significa trabalhar em um terreno cujas definições estão em processo de (re) construção permanente. Um terreno polissêmico, plural, criativo e complexo. Definir **o que é** e **como** se dá o processo de ensino-aprendizagem, dentro de um contexto escolar, exige esforço coletivo e articulado. A palavra projeto, do latim *projectu*, participio passado do verbo *projicere*, significa lançar para diante. Por essa razão, a elaboração do Projeto Pedagógico vem a ser uma antecipação do que se deseja. É dirigir-se para o futuro, é lançar-se na direção do possível. Relaciona-se com o devir, no qual o futuro deve orientar e conduzir nossa ação presente. Por isso, o projeto tem uma dimensão utópica que significa, na verdade, o futuro “a fazer”, uma possibilidade, uma ideia a transformar-se em ato.

É importante compreender o Projeto Político Pedagógico como um espaço de projeção para o “agir” escolar cotidiano e, portanto um documento que precisa ser constituído, elaborado, e ainda, (re) elaborado por todos os envolvidos nos processos educacionais: professores, estudantes, famílias, equipe diretiva... enfim, todos aqueles que participam da escola. Para ter um efeito mobilizador na atividade dos protagonistas, o Projeto Pedagógico deve ser uma construção coletiva, gerando fortes sentimentos de pertença e identidade. Ele não existe sem um forte protagonismo dos professores/pesquisadores, alunos, funcionários e comunidade escolar em geral. Para tanto, são imprescindíveis os princípios da flexibilidade curricular e da autonomia como possibilidade de enriquecimento e dinamização da Educação Básica, atendendo tanto às demandas da sociedade tecnológica quanto àquelas que se direcionam a uma dimensão criativa e libertária da existência humana.

Nesse sentido, os Projetos Políticos Pedagógicos da Rede Municipal de Ensino/Itajaí têm por objetivo indicar, de forma democrática e participativa, as grandes perspectivas que orientam a ação educativa, retratando as escolhas, as aspirações, os ideais, os anseios da comunidade escolar e seus sonhos em relação à escola.

O projeto explicita os elementos para a elaboração do Regimento Escolar, que dispõe sobre as decisões dos segmentos escolares em relação às diferentes atribuições e competências administrativas, financeiras e pedagógicas. Sinaliza ainda, como a escola compreende a avaliação, o currículo, a gestão, a utilização das novas tecnologias, a relação com a comunidade educativa.

Ainda, o professor e a equipe gestora, necessários à construção deste Projeto Político Pedagógico, são aqueles que fazem leitura crítica da sociedade e constroem os conhecimentos educacionais com seus educandos, que pesquisam a sua prática cotidiana fazendo dela uma constante ação-reflexão-ação; que sabem trabalhar o específico de sua área de atuação numa interrelação com a totalidade escolar, educativa e social, por meio de uma postura interdisciplinar, integradora, colaborativa e democrática com seus alunos e colegas de trabalho. Esse educador é denominado por Freire - educador dialógico.

O educador “dialógico” é capaz de compor uma escola integradora, cuja referência é o que está fora de seus muros, em que a produção interna integra-se à produção da prática social e ao desenvolvimento pessoal; que reconhece a multiplicidade de agentes e fontes de informação e apropria-se deles, integrando-os ao seu fazer; que tem como centro da sua produção a construção das condições de busca, identificação, seleção, articulação e produção de conhecimentos para agir no e sobre o mundo; que integre os tempos, apropriando-se do passado para articular o futuro no presente. Nesta direção, em uma relação dialética e democrática, as ações escolares passam a representar de forma legítima o Projeto Político Pedagógico, razão pela qual os conceitos epistemológicos devem dialogar constantemente com os encaminhamentos didáticos.

Assim, é preciso definir claramente, no Projeto Político Pedagógico, a concepção de aprendizagem que fundamenta a escola e a filosofia administrativa de gestão democrática escolar, relacionando-as, de forma estreita, às abordagens metodológicas que darão “vida” ao processo educativo.

A aproximação entre os pressupostos teóricos, a concepção de aprendizagem adotada pelas escolas e a prática docente, ou ainda, o que de fato acontece nas salas de aula, representa um grande desafio para as instituições de ensino contemporâneas.

Há uma gama muito grande de “metodologias” que se apresentam como formas eficientes e eficazes para o desenvolvimento do processo de ensino e de aprendizagem. Por isso, é essencial lançarmos um olhar criterioso para estas escolhas, e explicitá-las no Projeto Político Pedagógico, uma vez que representam, além de um encaminhamento didático, um posicionamento político, pois abrem caminho para formação dos sujeitos aprendentes, sejam eles alunos ou professores.

Partindo destes pressupostos, a Educação passa a ter um relativo poder de transformação social.

Além disto, em tempos de rápidas mudanças, é salutar que este documento seja constantemente revisitado e se necessário refeito, pois precisa estar sempre relacionado ao contexto e às necessidades e anseios do grupo que representa naquele momento. O Projeto Político Pedagógico, desta forma, é composto também de movimento, de reflexão, de planejamento e de transformações e não pode ser considerado como um documento estanque e definitivo.

As verdades (os conteúdos conhecidos) mudam, a ideia da verdade (a forma de conhecer) muda, mas não muda a busca do verdadeiro, isto é, permanece a exigência de vencer o senso comum, o dogmatismo, a atitude natural e seus preconceitos. É a procura da verdade e o desejo de estar no verdadeiro que permanecem (CHAUÍ, 1995, p.16)

Outro fator que merece observação é a própria composição do nome Projeto Político Pedagógico, pois ao compreendê-lo a partir dos princípios de uma gestão democrática e cooperativa, conforme visão da Rede Municipal de Ensino de Itajaí torna-se essencial entender a dimensão que as palavras que compõe o termo representam, ou ainda assumem, diante da realidade escolar. Desta feita:

- É **projeto** porque reúne propostas de ação concreta a executar durante determinado período de tempo.
- É **político** por considerar a escola como um espaço democrático para formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade.
- É **pedagógico** porque define referencial teórico e organiza as atividades pedagógicas e os projetos educacionais necessários ao processo de ensino e aprendizagem.

Finalizando, ao juntar estas três dimensões, o PPP ganha à força necessária para indicar a direção a seguir. Ele precisa ser claro o suficiente para orientar dúvidas sobre a “rota” e flexível o bastante para se adaptar às necessidades do caminho.

2. ENSINO E APRENDIZAGEM PRINCÍPIOS, OBJETIVOS E CONTEÚDOS

Este documento reconhece a importância da escola na sociedade como espaço de construção e apropriação de conhecimentos, de descoberta, promoção da autonomia.

Para pensarmos numa escola que tenha essa abrangência curricular, precisamos pensar em uma concepção de educação condizente.

O foco dessa concepção de educação é uma visão de aprendizagem. Esta é entendida como um processo composto pelo professor e pelo aluno na presença de conteúdo.

É o relacionamento entre o professor, o aluno e o conteúdo, não as qualidades de qualquer um deles por si só que determina a natureza da prática pedagógica, e cada canto do núcleo pedagógico apresenta seu próprio papel e recursos particulares no processo pedagógico. (CITY, 2014, p. 42)

Percebe-se então, a relação de parceria e interação na condução das ações de ensino e aprendizagem que localiza a tarefa pedagógica, no centro do núcleo pedagógico, pois o modelo do núcleo pedagógico fornece a estrutura básica para intervir no processo pedagógico com o objetivo de melhorar a qualidade e o nível da aprendizagem do aluno.

O professor enquanto mediador da aprendizagem dos alunos, deve apresentar-lhes as dimensões que uma aprendizagem de qualidade terá em suas vidas, bem como desenvolver ações de colaboração e engajamento, por meio do qual todos possam aprender a aprender .

O aluno precisa sentir-se sentir um aprendiz capaz de construir, seu próprio conhecimento, tornar-se um pesquisador criativo e manifestar sua curiosidade por meio de suas expectativas de aprender algo novo a cada dia e pela vontade de querer aprender sempre. Isto não deve ser imposto, simplesmente pelo compromisso de aprender os conteúdos programáticos, mas a aprendizagem precisa fluir naturalmente no cotidiano de cada aprendiz.

Os novos tempos exigem que o professor também seja um constante aprendiz na conquista de uma formação contínua, por meio da qual possa resgatar o aperfeiçoamento de sua prática pedagógica, a fim de torná-la mais crítica e consciente, transformando, desta forma, a sala de aula em um lugar motivador para que os alunos convivam em um ambiente agradável que os conduza a uma aprendizagem significativa.

À luz dessa compreensão é visto o trabalho pedagógico das escolas da Rede Municipal de Ensino de Itajaí, observado à realização da função primeira da escola que é com que os alunos se apropriem do saber apresentado e criem mecanismos de associação com o mundo.

2.1. O currículo e os processos educativos

Neste contexto, o currículo serve para atender as várias concepções, pois é carregado de intencionalidades, de escolhas, que vão se materializar na prática

pedagógica de cada professor, que é espaço de interação e de aprendizagem. Neste sentido, há a necessidade do currículo estar pautado no paradigma dinâmico dialógico, porque vê o homem como um ser social, criador da realidade. Este possibilita percorrer o caminho da ação educativa com a mediação do outro, implicando em três aspectos importantes: saber, ser e fazer. Assim, o currículo é entendido como um campo de produção e criação de significados.

Podemos considerar que o currículo que se realiza por meio de uma prática pedagógica é o resultado de uma série de influências convergentes e sucessivas, coerentes ou contraditórias, adquirindo, dessa forma, a característica de ser um objeto preparado num processo complexo, que se transforma e constrói do mesmo. Por isso, exige ser analisado não como um objeto estático, mas como a expressão de um equilíbrio entre múltiplos compromissos. E mais uma vez esta condição é crucial tanto para compreender a prática escolar vigente como para tratar de mudá-la. (SACRISTÁN, 2000, p.102).

Planejar é antecipar uma ação buscando desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes. Ao planejarmos precisamos levar em conta os conteúdos a serem ensinados, pois quando bem trabalhados metodologicamente, permitem ao aluno compreender a realidade para poder ser parte ativa nela. Deste modo, a escola o motivará a participar do processo de desenvolvimento social não como mero receptor de informações, mas como idealizador de práticas que favoreçam esse processo.

Quando optamos por uma concepção metodológica na perspectiva dialética, percebemos que a apropriação do conhecimento se dá através da construção de conceitos e de forma significativa à medida que o sujeito consegue estabelecer relações entre os conteúdos escolares e os conhecimentos construídos previamente, num processo de articulação de novos significados.

Desta maneira, é necessário que se defina uma nova ideia de planejamento, cuja organização inicia-se pelos objetivos, que tem a função de orientar o trabalho docente com vistas à construção de uma perspectiva de sujeito/aluno frente ao homem que se aspira. Segue um ideal de transformação da realidade educacional, mediação entre o desejado e o vivido. “Aí está toda a grandeza da prática: ser realização histórica concreta”. (DEMO, 2008).

O planejamento então é dirigido por um currículo, que se apresenta no Projeto Político Pedagógico da escola. Este, portanto, é um documento sempre em construção, que além de ser o eixo de toda e qualquer ação a ser desenvolvida na escola, tem por finalidade o comprometimento coletivo, na construção de uma

sociedade mais humana e democrática, vendo o homem como ser social e sujeito da educação.

2.2 Fins e objetivos do Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental destina-se ao desenvolvimento e a formação das crianças e adolescente entre seis e quatorze anos objetivando a ampliação das habilidades de compreender o espaço natural e social, o princípio político, a tecnologia, as artes e os valores fundamentais da sociedade e da família. Constitui-se ainda, na segunda etapa da Educação Básica Brasileira. Etapa esta que na Lei de Diretrizes e Bases da Educação assim é apresentada:

A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. (BRASIL, 1996)

É pertinente considerar que é durante os primeiros anos de escolarização que as crianças têm a oportunidade de vivenciar experiências significativas de aprendizagem, ampliando sua habilidade na resolução de problemas, sejam de ordem cognitiva, social e/ou afetivas. É também neste período que o aluno exercita sua autonomia se preparando para as fases seguintes de seu desenvolvimento como ser humano, construindo os valores que o permitirá exercer escolha em busca de uma vida amadurecida e de sucesso.

O Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Itajaí é formado pela maior parcela de alunos da rede pública do nosso município, e caracteriza como um paiol de incrementos conceituais, metodológicos e tecnológicos que fomentam os fazeres e os saberes dessa clientela. Nesta medida, o desenvolvimento da Matriz de Habilidades e Competências contempladas neste documento, deve favorecer atitudes frente à construção de conhecimento como também aos princípios preconizados nos quatro pilares para educação no século XXI: aprender a conhecer aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser.

Aprender a conhecer, pois é indispensável tornar prazeroso o ato de compreender, descobrir, construir e reconstruir o conhecimento para que não seja efêmero, para que se mantenha ao longo do tempo e para que valorize a curiosidade, a autonomia e a atenção permanentemente. É preciso também pensar o novo, reconstruir o velho e reinventar o pensar.

Aprender a fazer não é apenas a preparação com cuidados para inserir-se no setor do trabalho. A rápida evolução por que passam as profissões pede que o

indivíduo esteja apto a enfrentar novas situações de emprego e a trabalhar em equipe, desenvolvendo espírito cooperativo e de humildade na reelaboração conceitual e nas trocas, valores necessários ao trabalho coletivo. Ter iniciativa e intuição, correr riscos necessários, saber comunicar-se e resolver conflitos de maneira flexível.

Na sociedade competitiva da atualidade, o pilar aprender a conviver constituiu-se em um importantíssimo instrumento a ser apreendido, pois se percebe a valorização de quem aprende a viver com os outros, a compreendê-los, a desenvolver a percepção de interdependência, a administrar conflitos, a participar de projetos comuns, a ter prazer no esforço comum, qualidades que favorecem a construção do perfil de líderes.

É importante aprender a ser, desenvolver sensibilidade, sentido ético e estético, responsabilidade pessoal, pensamento autônomo e crítico, imaginação, criatividade, iniciativa e crescimento integral dos sujeitos em relação à inteligência. A aprendizagem precisa ser integral, não negligenciando nenhuma das potencialidades de cada indivíduo.

Desta forma, pretende-se garantir através das Diretrizes Municipais para o Ensino Fundamental, os conteúdos básicos, relevantes, necessários em conformidade com a base nacional comum, bem como com a parte diversificada, como preconiza a LDB:

O currículo para o Ensino Fundamental brasileiro deve ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura e da clientela. (BRASIL, 1996)

Há também, em face ao exposto acima, a observância às seguintes diretrizes:

- A difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;
- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;
- Orientação para o trabalho;
- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais. (art. 27º, LDB 9394/96).

A escola pública, portanto, deve ser instrumento de emancipação popular. O Sistema de Ensino deverá assegurar às Unidades Escolares que o integram, progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa, como forma de contribuir, efetivamente, para a viabilidade do processo. Ao afirmarmos tal pressuposto, temos clara a questão fundamental de que a escola e o sistema educacional não existem como entidades autônomas em relação ao aparelho do Estado e às respectivas políticas. (ITAJAÍ, 2000, p. 14).

PARTE II. PRINCÍPIOS E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

O Ensino Fundamental ampliado para nove anos de duração é um “novo” Ensino Fundamental, que requer uma revisão do Projeto Político Pedagógico existente para que possa ser redimensionado em cada Unidade Escolar. Portanto necessita de um currículo que possa atender: os processos de ensino, as áreas do conhecimento, uma matriz curricular definida pelos sistemas de ensino, oferta equitativa de aprendizagens, e conseqüente distribuição equitativa da carga horária entre os componentes curriculares, as diversas expressões da criança e as devidas orientações pedagógicas para a inclusão das crianças de seis anos de idade, bem como, as experiências escolares a serem vividas pelos alunos e os processos de avaliação que terminam por influir nos conteúdos e nos procedimentos selecionados nos diferentes graus da escolarização.

É importante ressaltar que os estudos de currículo no Brasil começam a ter maior relevância e expressão a partir da década de 1990. Nesse contexto, é fundamental considerar sua compreensão e seus impactos para a prática educativa. Partindo disso, Moreira (2001, p.30-31) argumenta que o estudo das práticas curriculares contribui para suas reformulações e para o avanço teórico do campo.

E de acordo com a LDB 9394/96, os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema estadual de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar o seu próprio Plano Político Pedagógico, assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas aula estabelecidas, velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente, prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento, articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola, bem como zelar pela frequência do aluno.

A natureza do trabalho docente requer um continuado processo de formação dos sujeitos sociais historicamente envolvidos com a ação pedagógica, sendo indispensável o desenvolvimento de atitudes investigativas, de alternativas pedagógicas e metodológicas na busca de uma qualidade social da educação. (BRASIL, 2004, p.23).

O Currículo deve levar em consideração tudo o que está no entorno do aluno, ou seja, o desenvolvimento da aprendizagem, as características bio-psico-sociais, as diversidades social, econômica, étnica e cultural e, sobretudo, incorporar que os alunos trazem conhecimentos e saberes ao entrar para a escola. Faz-se necessário se pensar em práticas curriculares que privilegiem a problematização, o questionamento, situações desafiadoras, a inventividade, a criatividade, a criticidade.

O trabalho pedagógico compreende todas as atividades teóricas- práticas desenvolvidas pelos profissionais do estabelecimento de ensino para a realização do processo educativo escolar. A organização democrática no âmbito escolar fundamenta-se no processo de participação e responsabilidade da comunidade escolar na tomada de decisões coletivas, para a elaboração, implementação e acompanhamento do Projeto Político Pedagógico.

Com relação às propostas Pedagógicas, estas deverão contribuir para a formação de sujeitos autônomos, inseridos social e culturalmente na vida da comunidade e capazes de refletir e contribuir, mediante a utilização do conhecimento produzido historicamente. Consideramos que a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico no âmbito de cada instituição educacional é essencial, principalmente por constituir condição primordial para o fortalecimento da autonomia e consolidação da gestão democrática.

Conclui-se neste processo, que é necessário assegurar às escolas, condições para a realização de avaliações dando ênfase no processo educativo, com vistas a fornecer elementos adicionais para as tomadas de decisões e definição das políticas educacionais no âmbito do município.

Na escola a organização do processo pedagógico deve considerar que a aprendizagem é um processo intrassubjetivo e intersubjetivo de apreensão do mundo social, o que significa que os objetos a serem apreendidos podem ser os mais diversos.

3. ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS

O Ensino Fundamental obrigatório, gratuito, com duração de 09 (nove) anos, iniciando-se aos 06 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante ao desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da expressão oral, da escrita e do cálculo, sendo explorada a criatividade, o conhecimento adquirido fora da escola, a valorização e a manutenção do meio ambiente natural e social, o uso das artes, o exercício do corpo e da mente, o estímulo à curiosidade e a sua canalização à pesquisa e à socialização. “Os signos-gestos, desenhos, linguagem falada, escrita, matemática, etc... constituem um instrumental cultural, através das quais novas formas de comportamento relacionamento e pensamento humano vão sendo elaborados.” (SMOLKA, 1988).

O Ensino Fundamental no município de Itajaí requer uma análise sistemática e profunda, frente os dados que foram coletados no período de 2010 a 2014. Dados estes que representam o atendimento da população entre 06 a 14 anos (25.690

alunos) segundo o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que compunham o quadro de alunos do Ensino Fundamental de 8 e 9 anos.

O Ensino Fundamental com 9 (nove) anos de duração, implantado oficialmente nas escolas da Rede Municipal de Ensino a partir de 2007, passou a contemplar 5 (cinco) anos iniciais, para as crianças de 6 (seis) a 10 (dez) anos de idade e, 4 (quatro) anos finais, para alunos de 11 a 14 anos de idade.

O Ensino Fundamental de nove anos busca aumentar o tempo de permanência das crianças na escola, mas principalmente melhorar a qualidade da formação inicial, especialmente no diz respeito à alfabetização.

Além da LDB, o Ensino Fundamental é regrado por outros documentos, como as Diretrizes Curriculares Nacional para o Ensino Fundamental, o Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001), os pareceres e resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE) e as legislações de cada sistema de ensino.

Através desta organização entendemos que cada etapa de ensino, e propriamente cada ano/série tem sua formação específica no processo de escolarização, temos que fornecer meios para que os alunos continuem seus estudos, nesta caminhada que é a Educação Básica em nosso país.

3.1. As crianças de seis anos e o Ensino Fundamental

A inserção de crianças de seis anos no Ensino Fundamental exige uma série de reflexões e questionamentos acerca de o que e como ensinar nas diferentes áreas do conhecimento. Segundo Benjamin, filósofo e crítico da modernidade, o autor compara a aquisição do conhecimento como um tapete tecido artesanalmente que, por ser único, carrega em si as imperfeições, de ser único, autêntico o distinguindo dos demais. É na interação com o outro e com o mundo em que a criança está inserida que a mesma vai construindo seus conhecimentos. Para tanto, faz-se necessário que o professor se sensibilize a fim de observar, indagar, devolver respostas para promover a articulação com o que a criança já sabe e as habilidades e competências das diferentes áreas do conhecimento a serem desenvolvidas.

[...] as crianças são inclinadas de modo especial a procurar todo e qualquer lugar de trabalho onde visivelmente transcorre a atividade sobre as coisas. Setem-se irresistivelmente atraídas pelo resíduo que surge na construção, no trabalho de jardinagem ou doméstico, na costura ou na marcenaria. Em produtos residuais reconhecem o rosto que o mundo das coisas volta exatamente para elas, e para elas unicamente. Neles, elas menos imitam as obras dos adultos do que põem materiais de espécie muito diferente, através daquilo que com

eles aprontam no brinquedo, em uma nova, brusca relação entre si. (BENJAMIM, 1984).

Esse enfoque coloca o professor num lugar estratégico, porque é tarefa docente: planejar, propor e coordenar atividades significativas e desafiadoras que possam impulsionar o desenvolvimento da criança e de ampliar as suas experiências e práticas socioculturais. Mas, quais conhecimentos são fundamentais e indispensáveis à formação das crianças? Como o próprio nome indica, as Diretrizes Curriculares Nacionais (Brasil. Ministério da Educação/ Conselho Nacional de Educação, Resolução CEB nº 2, 1998) constituem o documento legal que traça uma direção para que as escolas reflitam sobre suas propostas pedagógicas. Como eixos das propostas pedagógicas das escolas, as Diretrizes definem os seguintes princípios: “a) Princípios Éticos da Autonomia, da Responsabilidade, da solidariedade e do Respeito ao Bem Comum; b) Princípios Políticos dos Direitos e Deveres da Cidadania, do Exercício da Criticidade e do Respeito à Ordem Democrática; c) Princípios Estéticos da Sensibilidade, Criatividade e Diversidade de Manifestações Artísticas e Culturais”.

A partir desses eixos é necessário que o trabalho pedagógico com as crianças de seis anos de idade, nos anos iniciais do ensino fundamental, assegure o estudo articulado das Ciências Sociais, das Ciências Naturais, das Noções Lógico-Matemáticas e das Linguagens.

O professor precisa pensar nas crianças como sujeitos ativos, participativos que interagem no que acontece ao seu redor. Nos processos de intervenção, a criança além de receber , também cria e transforma, constitui se na cultura e também é produtora de cultura . A linguagem é ponto central no cotidiano escolar porque é constituinte do sujeito. De acordo com Vygotsky (2000), a linguagem é um dos instrumentos básico criados pelo homem cuja função fundamental é o intercâmbio social. Os sistemas de Linguagens são basicamente utilizados e criados pelo ser humano para se comunicar. Ainda para Vygotsky (2000), o foco do processo de aprendizagem é a formação de conceitos. “Na medida em que a criança toma conhecimento pela primeira vez do significado de uma nova palavra, o processo de desenvolvimento dos conceitos não termina, mas está apenas começando”. (Vygotsky, 2000, p.252).

No dia – a - dia da escola, será que o professor está atento à importância das crianças se mexerem, experimentarem, descobrirem, investigarem, deduzirem? Propor atividades que oportunizem as ações da criança sobre o mundo social e natural. Tendo como base as ações, o professor pode pensar em planos de representação e em consequência na tomada de consciência dessas ações. São planos de

representação: Expressão Corporal, Expressão Gráfica e Plástica, Expressão Oral (fala/verbalização), Expressão/ registros escritos.

A Proposta Pedagógica da escola precisa envolver as diferentes áreas do currículo de forma integrada, se efetivará em espaços e tempos, por meio de atividades desenvolvidas por crianças e adultos interagindo. Os espaços oferecidos pela escola, onde as atividades podem ser desenvolvidas, precisam ser reconhecidos pelo professor como espaços sociais, onde os docentes tem papel decisivo na organização e disposição de recursos, distribuição do tempo, na forma de mediar as relações, de se relacionar com as crianças e de instigá-las na busca do conhecimento.

A educação é simultaneamente um ato político, estético e ético. Separar ética, política e estética é desconhecer como se dá a própria ação educativa. Para a criança de seis anos, a escola de Ensino Fundamental é um dos primeiros espaços públicos onde tudo começa.

[...] o desenvolvimento da criança é um processo dialético complexo caracterizado pela periodicidade, desigualdade no desenvolvimento de diferentes funções, metamorfose ou transformação qualitativa de uma forma em outra, embricamento de fatores internos e externos, e processos adaptativos que superem os impedimentos que a criança encontra. (VYGOTSKI, 1994, p. 96-97).

3.2 Princípios Norteadores do Ensino Fundamental de nove anos na Rede Municipal de Ensino

Para Castells (*apud*, HARGREAVES, 2001, p.16), a tarefa das escolas e dos processos educativos é desenvolver em quem está aprendendo a capacidade de aprender, em razão de exigências postas pelo volume crescente de dados acessíveis na sociedade e nas redes informacionais, da necessidade de lidar com um mundo diferente e, também, de educar a juventude em valores e ajudá-la a construir personalidades flexíveis e eticamente ancoradas.

Também Morin (2000) expressa com muita convicção à exigência de se desenvolver uma inteligência geral que saiba discernir o contexto, o global, o multidimensional, a interação complexa dos elementos. Ele escreve:

[...] o desenvolvimento de aptidões gerais da mente permite melhor desenvolvimento das competências particulares ou especializadas. Quanto mais poderosa é a inteligência geral, maior é sua faculdade de tratar problemas especiais. A compreensão dos dados particulares também necessita da ativação da inteligência geral, que opera e organiza a mobilização dos conhecimentos de conjunto em cada caso particular. [...] Dessa maneira, há correlação entre a mobilização dos conhecimentos de conjunto e a ativação da inteligência geral. (Morin, 2000, p. 39)

As Diretrizes Municipais do Ensino Fundamental são inspiradas na filosofia Humanista com base em uma educação contextualizada, interdisciplinar, crítica, conscientizadora, criativa, dialética, dialogal que permita a plena formação do indivíduo, enquanto cidadão, nas múltiplas e complexas atividades exigidas pela vida moderna. A ação educativa da Rede Municipal de Ensino de Itajaí focaliza os seguintes princípios:

I – Epistemológicos: O suporte teórico de partida é o princípio vygotskiano de que a aprendizagem é uma articulação de processos externos e internos, visando a internalização de signos culturais pelo indivíduo, o que gera uma qualidade auto-reguladora às ações e ao comportamento dos indivíduos. Esta formulação realça a atividade sócio-histórica e coletiva dos indivíduos na formação das funções mentais superiores, portanto o caráter de mediação cultural do processo do conhecimento e, ao mesmo tempo, a atividade individual de aprendizagem pela qual o indivíduo se apropria da experiência sociocultural como ser ativo. Todavia, considerando-se que os saberes e instrumentos cognitivos se constituem nas relações intersubjetivas, sua apropriação implica a interação com os outros já portadores desses saberes e instrumentos. Em razão disso é que a educação e o ensino se constituem formas universais e necessárias do desenvolvimento mental, em cujo processo se liga os fatores socioculturais e as condições internas dos indivíduos.

A concepção pedagógica em que acreditamos é aquela que propicia a construção do conhecimento através de atividades significativas, baseada na interação entre os envolvidos e na transformação do meio em que está inserido. Acreditamos que a educação, voltada para o aperfeiçoamento do indivíduo, deve não só incluir conteúdos que possibilitam a compreensão, mas que permita a articulação entre eles, superando as fronteiras que inibem, reduzem e fragmentam o saber. A educação é um aperfeiçoamento contínuo, provisório, inacabado, contribuindo para o desenvolvimento das capacidades, de modo que o aluno possa ser sujeito de sua própria formação.

II – Éticos: O princípio Ético propõe uma educação baseada na justiça, solidariedade, liberdade, autonomia, de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

III – Políticos: O princípio Político propõe o reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania, de respeito ao bem comum e à preservação do regime democrático e dos recursos ambientais; da busca da equidade no acesso à educação, à saúde, ao trabalho, aos bens culturais e outros benefícios; da exigência de diversidade de tratamento para assegurar a igualdade de direitos entre os alunos que

apresentam diferentes necessidades; da redução da pobreza e das desigualdades sociais e regionais.

IV – Estéticos: O princípio Estético propõe o cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade; do enriquecimento das formas de expressão e do exercício da criatividade; da valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente a da cultura brasileira; da construção de identidades plural e solidária.

4. PRÁTICAS DE LETRAMENTO E O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO ESCOLAR

Desde muito cedo, a criança está inserida no mundo letrado, mesmo que de forma não padronizada, pois vive rodeada de informações e pessoas que se utilizam da linguagem, lendo, escrevendo, falando, ou seja, se comunicando. Cabe à escola aproveitar essas diferentes situações como motivação para o ensinar e o aprender.

A meta de alfabetizar meninas e meninos até 8 anos de idade não se cumpre na esfera exclusiva da linguagem escrita, mas sim de forma contextualizada, ampla e plural, envolvendo todo o mundo físico e biopsicossocial das crianças. A possibilidade de apropriar-se de conhecimentos acerca do mundo físico e social, das práticas de linguagem, de capacidades para interagir, de modo autônomo, por meio de textos orais e escritos, de experimentar situações diversificadas de interlocução na sociedade será oferecida pela escola nas tantas experiências criativas, imaginativas e sensoriais ofertadas às crianças, desde pequeninas. (BRASIL, 2012, p. 6)

Segundo o artigo 32 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), o desenvolvimento das capacidades de aprender a ler e a escrever são prioridades da educação básica, dentre outros direitos.

Desta forma, atendendo às normatizações legais, em consonância com o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC, apresentou-se a proposta dos Direitos e Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento do Ciclo de Alfabetização no que se refere a abordagem de conceitos acerca da aprendizagem da língua, do texto, dos gêneros textuais, do letramento e da alfabetização. O ensino da língua e seus usos nas diferentes áreas de conhecimento devem permear o uso real, nas situações sociais e nas mais variadas funções, para que, diante de uma reflexão, o aluno utilize com mais consciência a fala e a escrita, a atingir diferentes propósitos de comunicação.

O Letramento é o termo que vem sendo utilizado para indicar a inserção dos indivíduos nesses diversos espaços sociais. Cada pessoa, ao ter que interagir em situações em que a escrita se faz presente, torna-se letrada. Não há indivíduos iletrados em uma

sociedade em que a escrita está presente nas relações sociais, pois de forma autônoma ou mediada por outras pessoas, todos participam dessas situações. (BRASIL, 2012, p. 26-27)

Estar alfabetizado, numa perspectiva de letramento, é um direito básico de aprendizagem, e por este motivo, a escola deve proporcionar às crianças participação efetiva nos diferentes eventos de letramento.

No entanto, para estar letrada, a criança precisa passar pelo processo de alfabetização, o que exige que todos os profissionais envolvidos, professores e gestores educacionais assumam o compromisso e a responsabilidade de garantir que as crianças até os oito anos de idade se beneficiem desse direito de forma igualitária, independentemente da situação econômica, religião, estrutura familiar ou origem cultural.

O termo Alfabetização pode ser entendido em dois sentidos principais. Em um sentido *stricto*, alfabetização seria o processo de apropriação do sistema de escrita alfabética. Para que o indivíduo se torne autônomo nas atividades de leitura e escrita, ele precisa compreender os princípios que constituem o sistema alfabético, realizar reflexões acerca das relações sonoras e gráficas das palavras, reconhecer e automatizar as correspondências som-grafia. (...) No entanto, esse aprendizado não é suficiente. O aprendiz precisa avançar rumo a uma alfabetização em sentido lato, a qual supõe não somente a aprendizagem do sistema de escrita, mas também os conhecimentos sobre as práticas, usos e funções da leitura e da escrita, o que implica em todo o processo do Ciclo de Alfabetização. (BRASIL, 2012, p. 27)

Portanto, além de trabalhar as relações entre fonema e grafema, fundamentais para o processo de alfabetização, o educador deve levar o aluno a tornar-se um indivíduo letrado, envolvendo-o em experiências culturais mais amplas. Diante dessas vivências culturais, o aluno necessita que sua singularidade seja respeitada, que afeto e cognição caminhem lado a lado, e que a ludicidade seja o fio condutor da aprendizagem.

Apesar da necessidade de se focar no sistema alfabético de ensino, o professor deve privilegiar o processo de letramento em sala de aula, valorizando as experiências infantis e situações de aprendizagem, favorecendo a ampliação cultural e proporcionando a reflexão do uso da linguagem e da escrita.

4.1. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa

Garantir a alfabetização de todas as crianças tem sido o grande desafio da educação brasileira. Por estar na base de todo o processo educativo, é necessário que se inicie esta tarefa pelas especificidades curriculares do Ciclo inicial de 1º a 3º ano do Ensino Fundamental, denominado Ciclo de Alfabetização.

A criança tem, no início do Ciclo de Alfabetização, o direito de “aprender a ler e a escrever”, em situações com a mediação do professor e em situações mais autônomas, para que possa, ao final do Ciclo, chegar a “ler para aprender” e “escrever para seguir a escolarização”, o que significa uma evolução necessária, como estudante e cidadã”. (BRASIL, 2012, p. 6)

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, lançado em novembro de 2012, é um compromisso formal assumido pelos entes federados e do Distrito Federal, dos estados e municípios para assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do Ensino Fundamental.

Tal Pacto Nacional supõe ações governamentais de cursos sistemáticos de formação de professores alfabetizadores, oferecidos pelas Universidades Públicas participantes da Rede de Formação, a disponibilização de materiais pedagógicos oferecidos pelo MEC, assim como um amplo sistema de avaliações organizado em registros e análise de resultados, propiciando um atendimento mais eficaz aos alunos em seu percurso de aprendizagem. (BRASIL, 2012, p. 7)

Além destas ações, o Pacto pressupõe também gestão de processo, controle social e mobilização cujas responsabilidades estão divididas entre municípios, estados e a união.

Ao aderir o Pacto, os entes governamentais assumem o compromisso de alfabetizar todas as crianças em Língua Portuguesa e Matemática; a realizar avaliações anuais, aplicadas pelo INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, junto aos concluintes do 3º ano do Ensino Fundamental; e, no caso dos Estados, apoiarem os municípios que tenham aderido às ações do Pacto, para que ocorra a efetiva implementação.

Conforme os Cadernos do PNAIC (Aspectos Gerais), tanto o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, quanto o Plano Nacional de Educação – PNE, abordam o tema da alfabetização, que deixa claro a determinação em alfabetizar as crianças até os oito anos de idade.

O Decreto nº 6094, de 24/04/2007, define, no inciso II do art. 2º, a responsabilidade dos entes governamentais de “alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, aferindo os resultados por exame periódico específico”. E a meta cinco de projeto de lei que trata do Plano Nacional de Educação também reforça este aspecto ao determinar a necessidade de “alfabetizar todas as crianças até, no máximo, os oito anos de idade”. (BRASIL, 2012, p. 11)

Para o sucesso do Pacto, é fundamental, em primeiro lugar, contar com uma equipe de professores capacitados, preparados e encorajados frente ao compromisso de orientar os alunos nas diferentes etapas de aprendizagem.

Outro fator importante é o acesso aos materiais didáticos e pedagógicos, como livros didáticos, paradidáticos, literatura infantil, jogos, mídias, entre outros; mas, sobretudo, que o educador tenha conhecimento necessário para a utilização de todos os recursos disponíveis, para dinamizar suas aulas e atingir os objetivos da alfabetização.

Portanto, o monitoramento do processo de aprendizagem dos educandos por meio de avaliações contínuas e bem estruturadas se faz necessário. É através do processo avaliativo, que se pode constituir tanto avaliações de sala baseadas em observações e registros sistemáticos, como a Provinha Brasil, por exemplo, que se pode aferir o perfil da alfabetização e propor adequações no processo de ensino e aprendizagem.

4.2. Os Direitos de Aprendizagem na Alfabetização

Os Direitos de Aprendizagem foram elaborados a partir da necessidade em diversificar o currículo, mas sobre tudo, em tornar a prática de sala de aula mais atrativa, favorecendo ao aluno e ao professor, a vivência dos conteúdos apresentados.

Devido à baixa proficiência dos estudantes brasileiros nas habilidades de leitura e escrita, bem como os dados sobre os índices de analfabetismo, o Ministério da Educação decidiu priorizar ações que reflitam em resultados positivos para o Ciclo de Alfabetização.

A reflexão em curso, no âmbito do Ministério da Educação, a partir dos resultados das avaliações em larga escala – Provinha Brasil, Prova Brasil, ENEM e SAEB – e da elaboração do Pacto Nacional pela Alfabetização na idade certa e em vista das demandas dos professores para uma maior clareza e precisão sobre o para que ensinar, o que ensinar como ensinar e quando ensinar tem levado os dirigentes do Ministério a elaborar e produzir documentos que explicitem os Direitos e Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento dos estudantes. (BRASIL, 2012, p. 14-15)

Com o objetivo de subsidiar e possibilitar a definição de currículos para o Ciclo de Alfabetização (1º, 2º e 3º anos), o Ministério da Educação apresentou os Direitos e Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento para o Ensino Fundamental em Linguagem (Língua Portuguesa, Educação Física e Arte); Matemática; Ciências Humanas (História e Geografia); Ciências da Natureza (Ciências).

Tais Direitos encontra-se em consonância com o que vem sendo abordado pelo Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Sob coordenação do MEC, houve uma intensa discussão para organização do Ciclo de Alfabetização, sendo a maior prioridade, a “necessidade de favorecer, desde o início do Ensino Fundamental, a aprendizagem da leitura e da escrita, com ênfase na inserção das crianças em

práticas de leitura e escrita de textos que circulam em diferentes esferas sociais de interação.” (BRASIL, 2012)

Os princípios e pressupostos a respeito os Direitos e Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento estão aprofundados nos Cadernos de Formação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, disponibilizados pelo MEC para orientar a prática docente.

4.3. Implantação do Bloco de Alfabetização e Letramento no município de Itajaí

A alfabetização é uma das prioridades nacionais no contexto atual. Objetiva a qualidade do ensino na Rede Municipal de Itajaí, que aderiu o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), o qual assume o compromisso de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do Ensino Fundamental.

O Bloco de Alfabetização e Letramento é um tempo sequencial composto pelos três anos iniciais do Ensino Fundamental de nove anos, dedicados à inserção da criança na cultura escolar, à alfabetização em Língua Portuguesa e Matemática, à aprendizagem da leitura e da escrita, à ampliação das capacidades de produção e compreensão de textos orais e escritos em situações familiares e não familiares e à ampliação do universo de referências culturais dos alunos nas diferentes áreas do conhecimento utilizando diferentes linguagens em experiências diversificadas. Deve garantir para além da progressão continuada, entre as etapas do 1º ano para o 2º e deste para o 3º ano, o direito da criança de saber ler e escrever, com domínio do sistema alfabético de escrita, textos para atender a diferentes propósitos, bem como, o desenvolvimento das diversas expressões e ao aprendizado de outros saberes fundamentais das áreas e componentes curriculares.

Para formalizar a implantação do Bloco de Alfabetização e Letramento no município de Itajaí, a Secretaria Municipal de Educação deste município instituiu a Resolução 001/2014, que estabelece diretrizes para sua estruturação e funcionamento.

O Bloco de Alfabetização e Letramento abrange o 1º, 2º e 3º ano do Ensino Fundamental, totalizando 600 dias letivos e carga horária de 2400 horas, divididos em três etapas (1º, 2º e 3º ano) de 200 dias letivos e 800 horas/ano cada. O ano letivo de cada etapa do Bloco está organizado no sistema de trimestralidade, atendendo às conformidades do calendário letivo aprovado pelo Conselho Municipal de Educação (COMED).

Para o funcionamento do Bloco de Alfabetização e Letramento, servem de parâmetro de trabalho a Matriz de Conteúdos e Habilidades do 1º, 2º e 3º ano, o Projeto Político Pedagógico (PPP) da unidade escolar, o Plano Anual de Ensino, o planejamento do professor alfabetizador, os instrumentos de diagnóstico, avaliações institucionais e demais ferramentas desenvolvidas para implementação do Bloco.

Quanto à progressão continuada para os alunos do 1º para o 2º ano, e deste para o 3º, somente será garantida aos alunos que obtiverem frequência igual ou superior ao mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) em cada ano, no total de horas e dias letivos.

A avaliação dos alunos integrantes do Bloco de Alfabetização e Letramento será realizada qualitativamente e quantitativamente, que, de acordo com a Resolução 001/2014:

§1º - A avaliação qualitativa é a descrição do nível de compreensão do aluno a respeito de uma determinada área do conhecimento, permitindo ao professor compreender o momento da aprendizagem do aluno, devendo ser realizado durante todo o período letivo, de modo que haja a redefinição de estratégias ao longo do processo de alfabetização e letramento.

A avaliação quantitativa para os alunos do Bloco de Alfabetização e Letramento é apresentada através de percentual de aproveitamento no caso do 1º e 2º ano e de média no 3º ano, todos apresentados em fichas avaliativas preenchidas pelo professor, resultando das fichas de observação realizadas durante o trimestre.

Além das avaliações e observações realizadas pelo professor, no cotidiano do seu trabalho, a Secretaria Municipal de Educação instituiu um monitoramento baseado em avaliação institucional.

Avaliação institucional é o processo avaliativo desenvolvido pela própria Instituição de Ensino com o objetivo de gerar informações e produzir conhecimentos a cerca da realidade institucional, objetivando o redimensionamento da mesma a partir de decisões tomadas em função da melhoria da qualidade de ensino.

Através desta avaliação, pretende-se aferir o perfil alfabetizador das Unidades de Ensino da Rede Municipal, das turmas do Bloco de Alfabetização e Letramento, seus avanços, suas fragilidades e, a partir deste conhecimento, propor estratégias e implementar ações condizentes com os resultados obtidos, buscando a oferta de uma educação de qualidade e a promoção de equidade de oportunidades educacionais.

Os instrumentos avaliativos de 2014 foram elaborados pela equipe do grupo de trabalho de Avaliação da Alfabetização, e organizados em três etapas:

- avaliação Diagnóstica: realizada no início do ano letivo;
- avaliação Processual: realizada no início do segundo semestre;

- avaliação de Resultado: realizada em novembro.

A implantação e a implementação do Bloco de Alfabetização e Letramento são coordenadas e monitoradas pela Diretoria de Ensino Fundamental em articulação com a Supervisão de Gestão dos Processos de Alfabetização e Letramento.

4.4. Espaço de Vivências em Alfabetização

Os Espaços de Vivências em Alfabetização são salas de aula que compõem o Programa Integrar nas Unidades da Rede Municipal de Ensino de Itajaí e que se constituem como uma ação efetiva da Secretaria Municipal de Educação, no enfrentamento ao baixo rendimento escolar e conseqüentemente na prevenção da defasagem idade série. Trata-se de salas de aula diferenciadas, por utilizar preferencialmente vivências pedagógicas que propiciem o vivenciar, a experimentação, a experiência, a (re) construção de conceitos através de atividades coletivas e individuais planejadas em consonância com as dificuldades de aprendizagem relatadas e confirmadas através do diagnóstico, a fim de reconduzir os alunos às situações de interação no grupo ao qual pertencem.

As estratégias de aprendizagem preferencialmente devem privilegiar o lúdico, a vivência, a experimentação, a experiência, a construção e a interação das habilidades e competências da Alfabetização/Letramento e Matemática, tornando essas classes em Ambiente Alfabetizador.

O público alvo dos espaços de Vivências em Alfabetização serão os alunos que apresentam dificuldades acentuadas no processo de aprendizagem, especificamente as relacionadas à aquisição da leitura, escrita e raciocínio lógico matemático, identificados pelo professor regente da classe de origem na qual está matriculado. Os alunos das classes de alfabetização do 2º e 3º ano terão prioridade no atendimento. Os atendimentos serão estendidos aos alunos não alfabetizados de outros anos desde que haja vaga, exceto o 1º ano. Os alunos do atendimento Educacional Especializado (AEE)- Portaria nº002/2012/SME e os alunos diagnosticados com transtornos ou distúrbios de aprendizagem (DSM4/CID10) não serão atendidos; exceto após tratamento e alta, acompanhados de relatório, orientações e indicação por escrito do profissional do atendimento educacional especializado.

A aferição da aprendizagem e posterior alta/desligamento dos Espaços de Vivências em Alfabetização, dar-se-á pelo que é preconizado nos conceitos da Avaliação Formativa e, como instrumento de acompanhamento, será utilizado o Portfólio de atividades individuais.

O desligamento/alta será dado pelo docente do Espaço de Vivências em Alfabetização, depois de verificado a superação da dificuldade acentuada de aprendizagem do aluno, encaminhando por escrito ao professor da classe de origem um relatório da evolução do aluno, acompanhado da cópia do portfólio de atividades, tendo como parâmetro o motivo, descrito previamente pelo professor no ato do seu encaminhamento.

Fica a cargo das unidades escolares a responsabilidade em acompanhar mensalmente a frequência dos alunos, do professor, o progresso dos alunos, como também os desligamentos e encaminhamentos ao serviço especializado para avaliação específica, quando houver necessidade.

Para atuar nas salas de aula denominadas Espaços de Vivências em Alfabetização, o professor deverá ter formação inicial em Pedagogia, experiência profissional de no mínimo três anos nas classes de alfabetização, e formação específica na área de processos de aquisição da leitura, escrita, letramento e matemática.

PARTE III. CORREÇÃO DE FLUXO NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

No Brasil, de acordo com a legislação que organiza a oferta de ensino no país a LDB 9394/96, toda criança deve ingressar no 1º. Ano do Ensino Fundamental aos 6 anos de idade, encerrando esta etapa aos 14 anos. Após esse período, ela permanece por mais 3 anos no Ensino Médio, concluindo a educação básica aos 17 anos de idade.

Quando o aluno por problemas familiares, negligência, ou venha a sofrer reprovação ele estará em atraso escolar, ou seja, com idade superior a esperada para aquela etapa escolar. A distorção idade /ano é à proporção que temos de alunos com mais de dois anos de atraso escolar em nossas Unidades Escolares.

Partindo de dados coletados no Censo Escolar é que se realizam os cálculos da distorção idade/ano. O Censo é realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), onde este Instituto conta com a colaboração das secretarias estaduais e municipais de Educação, além de todas as escolas públicas e privadas do país. Todas as informações de matrículas dos alunos são capturadas, inclusive a idade dos alunos.

Uma das principais conseqüências desse fator é o baixo desempenho dos alunos em atraso escolar quando assim comparados aos alunos em situação regular.

O artigo 24, inciso V da LDB 9394/96, respalda legalmente uma proposta pedagógica de aceleração, quando estabelece que um dos critérios da verificação do rendimento escolar seja a aceleração de estudos para corrigir essa defasagem.

Entendemos que a distorção em idade/ano possui impactos sobre a eficiência e a eficácia do sistema educacional e se relaciona com um conjunto de variáveis quantitativas e qualitativas da educação, como as taxas de reprovação e de repetência e as condições de infraestrutura.

E que para conseguir diminuir esses números se faz necessário no Município de Itajaí, em especial a Rede Municipal de Ensino adotar uma estratégia de intervenção pedagógica, cuja metodologia adaptativa teria como uns dos seus principais objetivos sanar lacunas de aprendizagem e melhorar o desempenho dos alunos; tornando-se um investimento na educação do município. A correção de fluxo escolar é entendida como uma questão política, pois, a partir dela surgem políticas ou planos educacionais determinados, como a aceleração de aprendizagem.

Portanto a Secretaria Municipal de Educação de Itajaí implantou o Programa de Correção de Fluxo – Integrar Programa de Aceleração da Aprendizagem no Ensino Fundamental através da Resolução COMED/CP Nº. 01 de 24/04 de 2012 que institui e

fixa normas para o referido Programa no âmbito das Instituições de Ensino que compõem a Rede Municipal de Ensino de Itajaí.

5. FLUXO ESCOLAR: INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA ADAPTATIVA DO TRABALHO PEDAGÓGICO

Os programas de correção do fluxo escolar em vigor em várias redes públicas do País destinados a enfrentar tal defasagem constituem um dentre os vários fatores decisivos para uma efetiva educação inclusiva. Convém destacar a sua importância e sua relação com as políticas educacionais de combate ao fracasso escolar, de que a defasagem idade/série é apenas uma das faces.

Uma das principais consequências da distorção idade/série é o baixo desempenho dos alunos em atraso escolar quando comparados aos alunos regulares, o que pode ser evidenciado pelos resultados inferiores aos esperados nas avaliações nacionais do Ensino Fundamental.

As principais causas apontadas em pesquisas são a evasão e o abandono escolar, todavia existem causas primárias que contribuem para estas e apesar de muitas vezes estarem intimamente ligadas à situação socioeconômica e cultural do aluno, isso nem sempre é fator determinante.

De acordo com pesquisas realizadas em 2012 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Brasil possui a terceira maior taxa de evasão entre os cem primeiros países com maior IDH- Índice de Desenvolvimento Humano significa 24,3% de alunos que se evadem das escolas brasileiras. Para tanto, no município de Itajaí as taxas de evasão das redes de ensino que compõem o município, constatamos que os índices são bem menores em comparação com a média nacional, porém, são motivos para preocupações, pois isso demanda um impacto na meta de universalização.

O Programa Integrar está inserido na Política de Correção de Fluxo Escolar do Município de Itajaí e objetiva integrar o aluno à série/ano de equivalência à sua faixa etária, promovendo o desenvolvimento de habilidades e competências essenciais que lhe assegurem o sucesso contínuo nas séries/anos do ensino fundamental subsequentes.

Entende-se reclassificação como elemento derivado e de alteração conceitual da palavra classificação, ou seja, a reclassificação é um processo que consiste em rever e alterar a classificação do aluno, matriculando-o em série/ano mais avançada em relação à anteriormente cursada, considerando a relação idade/série. A escola poderá reclassificar os alunos, inclusive quando se tratar de transferências entre

estabelecimentos situados no país e no exterior, tendo como base as normas curriculares gerais.

O processo de reclassificação na Rede Municipal de Ensino de Itajaí será realizado por meio de três instrumentos de avaliação os quais visam diagnosticar o desenvolvimento de habilidades, pré-requisitos da série/ano para a qual se pretende reclassificar, nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Língua Estrangeira e Arte. Além do que esse processo de reclassificação para aluno já matriculado na escola deverá ocorrer, no início do primeiro bimestre letivo e, para o aluno recebido por transferência ou oriundo de país estrangeiro, com ou sem documentação comprobatória de estudos anteriores, no máximo até 30 de novembro. O parecer conclusivo do processo de reclassificação será de responsabilidade do Conselho de Classe constituído para análise dos resultados e será registrado em livro de ata específico, devidamente assinado e homologado pelo gestor escolar, com cópia anexada ao histórico escolar do aluno.

5.1. Integrar: Programa de Aceleração da Aprendizagem no Ensino Fundamental do município de Itajaí

O Integrar – Programa de Aceleração da Aprendizagem está inserido na Política de Correção de Fluxo do Município de Itajaí devidamente normatizado pela Resolução COMED/CP Nº 01, de 24 de abril de 2012. A citada Resolução institui e fixa normas para o Integrar – no âmbito das Instituições de Ensino que compõem a Rede Municipal de Ensino de Itajaí, Santa Catarina. O Programa de Aceleração da Aprendizagem no Ensino Fundamental da Rede Municipal de Itajaí está fundamentado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 e em outros dispositivos legais.

O Programa objetiva integrar o aluno à série/ano de equivalência à sua faixa etária, proporcionando o desenvolvimento de habilidades e competências essenciais que lhe assegurem o sucesso contínuo nas séries/anos do Ensino Fundamental subsequentes.

Deverá ser incluído no Programa Integrar, alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino, defasados idade/série em 2 anos; do 3º ano ao 8º ano do Ensino Fundamental. Os alunos defasados com perfil que se encaixe no Programa, devem continuar matriculados e frequentando sua sala de aula de origem, pois as aulas do Programa acontecerão no contraturno escolar. Os atendimentos no contra turno acontecerão cotidianamente de segunda a sexta feira, com duração de três horas, este aluno será matriculado em espaços denominados de: Espaço Aprender.

Os Espaços Aprender deverá ser assim dividido: Oficinas de Alfabetização/Letramento, Matemática e conteúdos de Ciências, História e Geografia contextualizados, construídos para os alunos defasados do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental. Para os alunos defasados do 6º ao 8º ano, os Espaços Aprender será contemplados com Laboratórios de Aprendizagem em linguagem, Ciências, Matemática, História e Geografia. A matrícula desses alunos nos Espaços Aprenderem não ultrapassará 25 alunos por turma.

Esclarece-se que no caso de transferência do aluno para outra rede de ensino, outro município, ou ainda, para uma Unidade Escolar de nossa rede em que o Programa não seja oferecido, o aluno terá sua documentação/enturmação considerada na turma de origem.

No Programa Integrar, os processos avaliativos acontecerão no término do 1º semestre, no início e término do 2º semestre. Os alunos serão submetidos a avaliações específicas para o Programa, e para cada ano de escolaridade tendo como parâmetro e diretriz a Matriz de Habilidades e Competências que o qualifiquem para a reclassificação em um ano de sua escolaridade. O aluno reclassificado deverá continuar a frequentar os Espaços Aprender, para que lhe seja assegurado o desenvolvimento de habilidades e competências essenciais; ao término do 2º semestre o processo deve ser repetido, com o intuito de reclassificá-lo novamente em mais um ano.

O histórico Escolar desses alunos terá o seguinte registro: “Reclassificação amparada pela Lei 9394/96 no artigo 23 e pela Resolução nº 001/2010 do COMED. A aceleração de estudos estará limitada em até dois anos, divididos em 2 semestres para os alunos que frequentam até o 7º ano do Ensino Fundamental. Os alunos do 8º ano poderão reclassificar somente para o 9º ano. Os demais alunos poderão reclassificar obedecendo a Resolução nº 001/2010 do COMED.

O Programa Integrar posicionará o aluno dentro do sistema de ensino, em ano compatível com sua idade e desempenho escolar, de acordo com os resultados obtidos nas avaliações. Para que a reclassificação aconteça nos Espaços Aprender, as notas obtidas não poderão ser inferiores a 6 (seis) e a frequência não poderá ser inferior a 75% no semestre. Os alunos que não estiverem aptos a reclassificar permanecerão nos Espaços Aprender para serem avaliados na próxima etapa do Programa.

O Programa Integrar tem seu eixo metodológico centrado nos Projetos Multidisciplinares, como forma de abordagem de conteúdos e desenvolvimento de habilidades e competências.

Os Espaços Aprender do Programa Integrar serão sistematicamente supervisionados pela SME, através da Supervisora de Programas Educacionais.

6. O CURRÍCULO ENQUANTO GERADOR DE SIGNIFICADOS

Antes de qualquer aporte conceitual para Educação de Jovens e Adultos é necessário deixar claro que o todo processo de ensino e de aprendizagem deve pautar-se na realidade dos alunos, levando em consideração as vivências que estes sujeitos trazem consigo para os bancos escolares. Desta forma, o currículo EJA passa a ser um gerador de significados para o desenvolvimento intelectual e social dos sujeitos envolvidos.

Outro ponto de extrema relevância é o acolhimento destes sujeitos que “voltam” a frequentar a escola. Acolher este sujeito com cuidado e atenção é essencial, pois eles precisam ver na escola “um bom lugar para estar”, um espaço harmonioso, agradável, rico em interações e aprendizagens significativas e que deve voltar a fazer parte de suas rotinas como possibilidade de inserção social e desenvolvimento intelectual. Desta forma, compreender quais são as expectativas do sujeito jovem e adulto que volta para escola é sempre o passo inicial para o processo pedagógico em EJA.

Neste sentido, a proposta pedagógica para a EJA considera como pressupostos fundamentais para o trabalho educativo: a relação com a realidade dos alunos, as vivências prévias destes sujeitos, a inclusão social, o resgate do papel cidadão, o compromisso ético com educação de qualidade e a construção de valores e de novos saberes.

Assim, mesmo tratando-se do processo de educação de jovens e adultos, podemos tomar como base referencial também os Quatro Pilares para a Educação do Futuro, utilizado por vezes no ensino regular, pois, de acordo com Delors (*et.al.*, 1998, p.89-90),

Para poder dar resposta ao conjunto das suas missões, a educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda a vida, serão de algum modo para cada indivíduo, os pilares do conhecimento: aprender a conhecer, isto é adquirir os instrumentos da compreensão; aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente aprender a ser, via essencial que integra as três precedentes. É claro que estas quatro vias do saber constituem apenas uma, dado que existem entre elas múltiplos pontos de contato, de relacionamento e de permuta. (DELORS, 1998, p.89-90).

Para os autores, este conjunto de saberes pode fortalecer o potencial criativo dos sujeitos e superar a visão instrumental da educação para uma visão global, considerando a realização do sujeito na sua plenitude.

Os autores destacam que aprender a conhecer é acima de tudo dominar conhecimentos para compreender o mundo que nos rodeia, pois “o aumento dos saberes, que permite compreender melhor o ambiente sob os seus diversos aspectos, favorece o despertar da curiosidade intelectual, estimula o sentido crítico e permite compreender o real, mediante a aquisição de autonomia na capacidade de discernir” (DELORS, *et.al.*, p.91). Neste sentido, aprender para conhecer supõe exercitar a memória, a atenção e o pensamento.

Mas, de nada adiante aprender a conhecer, se não se aprende a fazer. Para Delors (1998, *et.al.*, p.93), aprender a conhecer e aprender a fazer são, em larga medida, indissociáveis. Mas a segunda aprendizagem está mais estreitamente ligada à questão da formação profissional, ou seja, pôr em prática os conhecimentos adquiridos. Por isso, Rodrigues (s.d.), define que aprender a fazer envolve além de iniciativa, a intuição, a comunicação, a habilidade de resolver conflitos e ser flexível.

Aprender a viver junto e com os outros é sem dúvida a aprendizagem que representa um dos maiores desafios para a educação. Para superar esta situação Delors (1998, *et.al.*, p.97) indica que “a educação deve utilizar duas vias complementares. Num primeiro nível, a descoberta progressiva do outro. Num segundo nível, e ao longo de toda a vida, a participação em projetos comuns, que parece ser um método eficaz para evitar ou resolver conflitos latentes”. Rodrigues (s.d.) alerta que é fundamental ensinar as crianças desde muito cedo a resolver seus conflitos, a participar de projetos comuns e valorizar quem aprende a conviver com o outro.

A autora continua afirmando que é importante desenvolver a sensibilidade, o sentido ético e estético, a responsabilidade pessoal, o pensamento autônomo e crítico, imaginação, criatividade, iniciativa e crescimento integral da pessoa em relação à inteligência, desenvolvendo assim a habilidade de aprender a ser. Para os autores, é por meio de uma aprendizagem que supere os comportamentos individuais e promova ocasiões de descoberta, de experimentação estética, artística, desportiva, científica e cultural que poderemos criar gerações mais sensíveis consigo e com os outros.

Delors (1998, *et.al.*, p.101-102) finaliza sua intervenção nos trazendo ainda pistas e recomendações para que possamos refletir sobre a construção de nossas propostas afirmando que:

- Aprender a conhecer, combinando uma cultura geral, suficientemente vasta, com a possibilidade de trabalhar em profundidade um pequeno número de matérias. O

que também significa: aprender a aprender, para beneficiar-se das oportunidades oferecidas pela educação ao longo de toda a vida.

- Aprender a fazer, a fim de adquirir, não somente uma qualificação profissional, mas, de uma maneira mais ampla, competências que tornem a pessoa apta a enfrentar numerosas situações e a trabalhar em equipe. Mas também aprender a fazer, no âmbito das diversas experiências sociais ou de trabalho que se oferecem aos jovens e adolescentes, quer espontaneamente, fruto do contexto local ou nacional, quer formalmente, graças ao desenvolvimento do ensino alternado com o trabalho.

- Aprender a viver juntos desenvolvendo a compreensão do outro e a percepção das interdependências — realizar projetos comuns e preparar-se para gerir conflitos — no respeito pelos valores do pluralismo, da compreensão mútua e da paz.

- Aprender a ser, para melhor desenvolver a sua personalidade e estar à altura de agir com cada vez maior capacidade de autonomia, de discernimento e de responsabilidade pessoal. Para isso, não negligenciar na educação nenhuma das potencialidades de cada indivíduo: memória, raciocínio, sentido estético, capacidades físicas, aptidão para comunicar-se.

Os autores afirmam também que os sistemas educativos não devem apenas privilegiar o acesso ao conhecimento, em detrimento de outras formas de aprendizagem, mas entender a educação como um todo. Para que no futuro, possamos inspirar e orientar as reformas educativas, tanto em nível da elaboração de programas como da definição de novas políticas pedagógicas. (DELORS, *et.al.*, 1998, p.102)

6.1 Concepção Pedagógica: Uma concepção de Aprendizagem, uma visão de mundo.

A maioria das unidades de ensino está inserida em uma determinada comunidade rodeada de pessoas, instituições religiosas, órgãos municipais, estaduais e federais, dentre outros serviços que são oferecidos aos moradores daquela região. Diante desta afirmativa, podemos dizer então que estas unidades fazem parte de um complexo vivo e dinâmico e que as pessoas que ali vivem aprendem e vivenciam situações nos mais diferentes contextos.

Assim, por tratar-se de público jovem e adulto e, portanto, já com experiências de vida constituídas, na Educação de Jovens e Adultos, o currículo deve estar pautado no contexto dos alunos, a fim de configurar-se como um elemento gerador de significados e de importantes aprendizagens. Parte-se da premissa de que toda a prática implica uma teoria que a fundamenta, não há prática pedagógica neutra, ela é

sempre uma escolha, supõe sempre uma visão de mundo, de sociedade e desvela uma concepção em Educação. O ponto de partida da prática pedagógica EJA é sempre o cotidiano do sujeito aprendente. O currículo é um gerador de significados.

Desta forma, os conteúdos escolares selecionados devem ser “meios” e não “fins”, meios para o desenvolvimento de habilidades e competências que instrumentalizem estes sujeitos para a vida em sociedade e para autonomia intelectual. É importante salientar que, obviamente, o ensino na Educação de Jovens e Adultos está pautado nas orientações estabelecidas pelo MEC em seus documentos oficiais, tais como As Novas Diretrizes Curriculares para Educação Básica.

Isto significa que as diretrizes nacionais são fundamentais por estabelecerem a garantia de uma base comum nacional inclusive para efeito de aferição de resultados e de reconhecimento de certificados de conclusão, porém, também significa, que considera as especificidades da EJA (situações, perfis, faixas etárias, diferentes contextos), deixando claro que as diretrizes não podem ser aplicadas de uma forma inflexível e homogênea. “É necessário oferecer respostas diferenciadas para seus diferentes contextos”. (TIMOTHY IRELAND, *apud*, ANGELA, 2012)

O “olhar” diferenciado do currículo da EJA, em relação ao currículo na escola regular, não significa tratar os conteúdos de forma precária ou aligeirada. Os conteúdos devem ser abordados considerando-se os saberes adquiridos pelos educandos ao longo de suas vidas.

A proposta Curricular é dinâmica, requer esforço e comprometimento coletivo, pois a constituição curricular para a formação dos educandos desta modalidade de ensino deve fornecer subsídios para que se afirmem como sujeitos ativos, críticos e democráticos, os quais saibam agir com responsabilidade individual e coletiva, comportar-se de forma solidária, acompanhar as mudanças sociais, enfrentar problemas novos, a partir do uso adequado de conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio-históricos.

Não se trata de acrescentar a um conjunto de conhecimentos/conteúdos “certo número de competências e de habilidades”, mas sim, percorrer o caminho inverso ao promover o desenvolvimento integrado destes conhecimentos, em situações didático-pedagógicas, previamente planejadas que objetivam o desenvolvimento dos sujeitos envolvidos. Assim sendo, a competência não está ligada ao treino para produzir respostas mecânicas, mas sim a capacidade de resolver desafios e situações propostos.

Salienta-se que faz parte do currículo escolar a abordagem dos temas transversais relacionados às diversas áreas disciplinares no âmbito da Educação

Ambiental, da Saúde, da Pluralidade Cultural, da Ética, da Orientação Sexual, do Trabalho e do Consumo.

A concepção de aprendizagem da Educação de Jovens e Adultos do município de Itajaí fundamenta-se no “Educar para o Pensar”, a fim de desenvolver habilidades e competências cognitivas, éticas e sociais, instrumentalizando de forma integral os sujeitos aprendentes. Neste caso, o sentido de competência, integra conhecimentos, habilidades e atitudes que devem ser trabalhados de forma integrada.

Embora o conceito sobre competência esteja, continuamente, sendo (re) elaborado, nos apropriamos da ideia de competência enquanto possibilidade de mobilizar diversos recursos cognitivos – que inclui saberes, informações, habilidades operatórias e principalmente as inteligências – para, com eficácia e pertinência, enfrentar e solucionar uma série de situações ou de problemas.

E, para construir uma prática educativa centrada no desenvolvimento de competências e habilidades, necessário se faz pensar atividades escolares que tenham sentido e significado para aluno e professor. Ou seja, práticas contextualizadas, problematizadas que permitam uma aprendizagem realmente significativa. Para tanto, o currículo da EJA organiza-se a partir de atividades de aprendizagem cuidadosamente pensadas, esclarecendo que atividade, aqui, não é somente um sinônimo para ação, uma vez que implica uma intenção pedagógica clara e direcionada. Assim, a partir do conceito da teoria da atividade de Davidov, a atividade pedagógica “É um conjunto de ações que têm uma finalidade, uma motivação e uma profunda vinculação com a vida do agente”.

Desta forma, a aprendizagem dá-se pela apropriação e elaboração de conceitos, que é um processo ativo (ninguém aprende se não agir na direção de aprender). Para que esse processo de apropriação ocorra, é necessária a mediação de instrumentos e signos. Por instrumentos, entendemos os objetos existentes exteriores ao sujeito, que são utilizados como meios para estabelecer a relação de um sujeito de aprendizagem com um conceito.

Essa apropriação ou elaboração é um processo ativo, ou seja, o sujeito que se apropria e elabora conceitos o faz se quer e se tem um motivo para isto. Esse motivo precisa, não raras vezes, ser provocado. Numa atividade de aprendizagem, por exemplo, não pode o professor, esperar que os seus alunos tenham um motivo, por eles mesmos, para realizá-la.

Outro aspecto importante a ser percebido é que a atividade humana não é um processo natural. O ser humano age impulsionado por motivos; age em função de finalidades e faz com interesse o que tem vinculação com sua vida. Assim, pode se dizer que, em qualquer setor da vida humana, atividade é o que se realiza com motivo,

com finalidade. A atividade, assim compreendida, não consiste em ato isolado. Constitui-se de um conjunto de ações e operações direcionadas por um motivo, para atingir determinada finalidade.

Assim, é condição para uma atividade de aprendizagem que aquele que aprende (o aluno) tenha um motivo para aprender, veja uma finalidade em aprender e sinta uma relação do aprendido com a sua vida. Vale ressaltar que, por mais motivos que o professor tenha, por mais que ele veja uma finalidade e por mais sentido que faça para ele o que quer ensinar, se o mesmo não ocorrer com os alunos, não ocorre uma atividade de aprendizagem. Pode tornar-se uma atividade de ensino, porque atende a finalidades e motivos do professor, mas não é atividade de aprendizagem, porque não atende a motivos e finalidades dos alunos.

Isso não significa abrir mão da socialização dos conceitos e significados, dos conhecimentos das Linguagens, Códigos, Ciências Humanas e da Natureza, bem como suas tecnologias, considerados importantes e que fazem parte da tradição cultural nem da direção e da responsabilidade do professor sobre o processo pedagógico. Por isso, além de não eximir o professor da responsabilidade de dirigir o processo pedagógico, o que implica determinar, neste contexto, que conceitos devem ser apropriados pelos alunos, através de conteúdos das diferentes disciplinas, agrega a responsabilidade de tornar o processo de apropriação e elaboração de conceitos determinados em algo que tenha motivo e finalidade para os alunos, que tenha relação estreita com suas vidas.

Trata-se de partir de situações- problema (sejam eles problemas materiais ou problemas conceituais), trazer esses problemas para a materialidade da vida dos alunos, para que eles percebam que há uma relação real entre eles e os problemas propostos; apresentar esses problemas de forma realista e intrigante, de modo que os alunos estejam motivados e vejam finalidade na discussão e solução dos mesmos.

Lompscher (1990, p.93) “acena para uma possibilidade de estruturar atividades de aprendizagem como processos de abstração/concreção/abstração numa visão facilmente compreensível a partir do entendimento do processo de apropriação/elaboração de conceitos científicos”. Por isso, é prudente iniciar este raciocínio com uma retomada, mesmo que superficial, da apropriação/elaboração dos conceitos científicos, para voltarmos, posteriormente, às estratégias de estruturação de atividades de aprendizagem.

No processo de elaboração conceitual, os alunos partem de noções genéricas que lhes são oportunizadas atribuindo um sentido pessoal a esses conceitos a partir de suas vivências e conhecimentos e chegam, posteriormente, ao significado hegemônico do conceito. Entenda-se, aqui, que a atribuição de um sentido pessoal a

algo é uma forma ativa, mas provisória, de elaboração conceitual. Ativa, porque parte do próprio sujeito a atribuição de um sentido e está diretamente vinculada aos seus saberes, sensações, sentimentos e crenças pessoais. Provisória, porque esses saberes, sensações, sentimentos e crenças estão em constante (re) construção.

A apresentação de elementos conceituais genéricos a respeito do objeto permitirá aos alunos novos elementos para a atribuição de significados pessoais ao objeto.

A partir da abstração genérica do objeto, é possível aos alunos atribuírem um sentido pessoal a ele, com base naquilo que já têm elaborado em nível mental. Isso é denominado pelo autor como concreção ou a elevação do objeto ao concreto. Significa o diálogo pessoal que cada um estabelece com o objeto e lhe atribui um sentido que é, de certa forma, a síntese das elaborações mentais anteriores em diálogo como objeto. Elevar ao nível do concreto, aqui entendido como o concreto mental, significa dar outra qualidade conceitual ao objeto, posto que, para cada um, ele pode ter sentidos diferentes, qualificados com a contribuição pessoal na elaboração do conceito neste nível.

Para o autor, ainda, é necessário superar esse nível de elaboração conceitual ligado ao sentido pessoal atribuído pelo aluno (o concreto) em direção a novas e sucessivas abstrações dos conceitos científicos sistematizados pelas diferentes áreas do conhecimento que compõem o currículo escolar, para que o aluno possa compreender a si próprio e o contexto em que está inserido e a lidar melhor com a complexidade do mundo cultural e natural.

Como as atividades de aprendizagem não ocorrem espontaneamente, não é possível pensar um processo de aprendizagem baseado em atividades que vão surgindo, uma após a outra, de acordo com o interesse manifestado pelos alunos. O professor é responsável pela elaboração das atividades e pela sua condução.

PARTE IV. AÇÕES EDUCATIVAS E AS PRÁTICAS SOCIAIS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

Por meio das ideias Freire apresentamos nossa compreensão sobre prática social que identificamos como exercício da existência humana, como práxis, aqui entendida como ação no mundo, mundo este que é histórico, social e culturalmente produzido, reproduzido e transformado por homens e mulheres, que incompletos, são ao mundo em busca de *ser mais*. Práticas sociais estão inseridas em culturas e se concretizam nas organizações sociais que permitem tanto ao indivíduo quanto à coletividade, sua construção, podem se constituir em ações que visam a transformação da realidade. As pessoas se formam em todas as experiências de que participam, em contextos diversos, ao longo de sua existência, interconectando o aprendido em uma situação com o que aprendem em outra, significando e dando sentido ao processo de aprendizagem.

É necessário que a escola aprenda a valorizar o conhecimento que as pessoas adquirem em outros espaços, pois no verdadeiro processo de aprendizagem, ou seja, aquele em que a pessoa partindo do que já conhece significa e encontra sentido no novo conteúdo que está a aprender, a motivação deve estar no próprio processo.

7. ESCOLA DE CAMPO

7.1. Ensinar e Aprender no Campo

As escolas do campo, no Brasil, ocupam uma parcela mínima no número de alunos, mas mesmo com essa representatividade, não deve ser deixada de lado. Ela precisa de uma nova organização que tenha como objetivo, oferecer aos alunos possibilidades para o desenvolvimento de suas habilidades para adquirir competências necessárias de conhecer o mundo e valorizar o espaço em que ele está construindo a sua história.

Hoje encontramos no campo algumas questões que precisam ser revistas, analisadas e refletidas. Muitos são os questionamentos e afirmações, mas qual é a verdadeira realidade. Quem são estas famílias que moram no campo, quais são as suas atividades, e qual é a real importância do meio rural em que vivem.

Quem é este sujeito que está crescendo cercado pelo campo e quais as concepções que ele está construindo sobre o meio em que vive? Este aluno ainda tem contato com a terra e sua riqueza ou apenas reside na localidade que fica afastada do centro do município?

Estas questões rodam os pensares na Educação do Campo. Dentro de Itajaí temos realidades diferentes em cada Escola Isolada. Não encontramos problemas graves com questões que envolve o transporte de alunos, falta de materiais escolares, laboratórios de informática e formação dos professores. Mas precisamos voltar nosso olhar para a infraestrutura, onde enfrentamos a falta de bibliotecas, laboratórios de ciências, salas com um tamanho considerável e a falta de profissionais.

Outra questão que precisa de atenção o currículo, que deve levar em conta as necessidades específicas desses alunos. Precisamos estar atentos a duas questões. Nosso aluno tem direito e deve receber um ensino que englobe tanto as informações necessárias para trabalhar com a globalização, quanto para valorizar e saber explorar o campo e sua utilidade.

Notamos que a população do campo está hoje muito próximo da cidade. As pessoas buscam recursos para poder melhorar cada vez mais sua qualidade de vida. Aliando assim a busca do conhecimento, os meios tecnológicos com os pontos positivos do campo.

Por outro lado, também temos uma invasão de famílias que buscam apenas um lugar para morar e não possuem uma perspectiva de vida do campo. Acomodam-se e seguem a vida da forma que é possível.

Resumimos assim a clientela que chega as escolas do campo, temos então um perfil de alunos que deve ser ensinado e junto a ele um perfil de profissionais que precisam estar atentos as necessidades de cada indivíduo.

Este profissional parte para um trabalho que exige especificidades, muitos lecionam em salas multisseriadas e precisam ter uma organização para atender um perfil de público que apresenta uma diversidade de carências e de conhecimentos prévios. Precisamos investigar quais são as necessidades deste profissional e traçar um plano com metas que queremos alcançar.

Temos que ter claro em nossos objetivos, que o campo não pode mais ser considerado um lugar sem desenvolvimento, mas sim como um espaço de múltiplas possibilidades, que precisa de ações inovadoras e que caminhem de encontro com a realidade e necessidades local.

Hoje os alunos estão descobrindo e apropriando-se do mundo, suas curiosidades ultrapassam os campos, as informações chegam com mais velocidade e com isto o conhecimento é ampliado. A diferença dos alunos de uma escola que está situada no campo, para o que encontramos em uma escola que se localiza na zona urbana é pequena, e está retratada no respeito que cada família tem pelo estabelecimento de ensino.

Deparando-se com essa realidade, precisamos repensar urgentemente na

nossa prática e no currículo que é desenvolvido nas escolas do campo, precisamos preservar nossos pontos positivos e proporcionar uma escola de qualidade, que proporcione um ensino real e desafiador pautado para todos os alunos independente da região que reside.

8. TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS E RECURSOS DIDÁTICOS

A Diretoria de Tecnologias Educacionais tem por iniciativa criar e gerir estratégias que qualifiquem e efetivem o processo de inclusão das tecnologias educacionais nas unidades educacionais da rede de ensino municipal de Itajaí, subsidiando equipamentos; instrutores qualificados; oferecendo formação continuada e capacitação dos profissionais da educação sobre o uso das tecnologias, possibilidades de ferramentas, objetos de aprendizagem, e metodologias que proporcionem a autonomia do uso da tecnologia em favor da qualidade educacional dos componentes do quadro da rede.

A Lei Complementar nº 195, de 19 de julho de 2011, cria o cargo de instrutor de informática no plano de cargos e carreiras, estabelece normas gerais, bem como as atribuições deste profissional, por meio de assessorias in loco nas escolas, grupos escolares, CEDINs – Centros de Educação em Tempo Integral, CEIs - Centros de Educação Infantil e Secretaria Municipal de Educação.

8.1. Fundamentos da Didática Geral

Os computadores e dispositivos de mídia simulam os processos intelectuais, organizam e hierarquizam informações criando e armazenando arquivos e, no caso da educação, a instrumentalização de trabalhos pedagógicos, potencializarem o processo de ensino aprendizagem. Estes geram métodos diversificados e eficazes no desenvolvimento de competências que podem impulsionar processos na direção da inclusão digital voltada ao contexto educacional.

A informática e as tecnologias de comunicação vêm transformando a rotina educacional ao possibilitar novas formas de pensar, trabalhar, registrar, viver e conviver. As ações previstas neste documento inserem-se num contexto político-pedagógico mais amplo, no qual se situam, entre outras: material didático, parâmetros curriculares, formação continuada, descentralização de recursos para escolas e avaliação e diagnóstico virtual nas unidades de ensino do município de Itajaí.

O uso da tecnologia na escola só é eficaz quando norteado por adequado Projeto Político-Pedagógico. O computador ou demais dispositivos móveis só fazem

amplificar os processos já existentes nos ambientes educacionais. Neste sentido, se a escola é boa, pode ficar melhor; mas se a escola não gere uma boa organização de processos, certamente ficará mais difícil lidar com a informatização, isso porque a tecnologia funciona como um potencializador, podendo amplificar os erros e os acertos de quem a usa.

O desafio de remeter a educação básica como responsável na inclusão digital e na coordenação do processo de atualização tecnológica no fazer educativo, aponta para a necessidade da criação de um espaço específico e a disponibilidade de dispositivos móveis na unidade escolar para a inserção de um programa que atenda a esta nova frente de aprendizagem. A esta iniciativa, em concordância com os objetivos a que se propõe, será atribuído o nome de Informática Educacional.

As tecnologias de informação e comunicação facilitam a aproximação de todas as disciplinas em modos de operação que proporcionam um avanço na construção de um conhecimento autônomo, rápido e compartilhado. Destacam-se, nesta ênfase, o software livre, que têm potencial de alavancar a compreensão e construção de conceitos.

Para atingir estes objetivos, torna-se fundamental que os gestores tenham, não só a intencionalidade, mas o comprometimento de incentivo e apoio às ações de instrutores, que assumem as ferramentas tecnológicas educacionais, não somente no espaço físico do laboratório, mas presente em toda a unidade escolar, de forma a criar uma ponte entre tecnologia e prática pedagógica.

Qualidade educacional pressupõe introdução de melhorias no processo de construção do conhecimento, buscar de estratégias mais adequadas à produção de conhecimento atualizado e desenvolvimento da habilidade de interpretar informações e criar materiais, meios, estratégias, autonomia, informação e de avaliação. Implica diversificar espaços do conhecimento, processos e metodologias, com profissionais especializados na área.

A Informática Educacional tende a solidificar-se no contexto escolar e subsidiar ações conjuntas com as demais disciplinas na promoção de qualidade no desenvolvimento de uma educação permanentemente renovada, de materiais interativos que diversificam a prática pedagógica não somente dentro dos laboratórios, mas que atinjam toda a amplitude das unidades de ensino, respectivamente: aluno, professor, escola e comunidade.

8.2. Desenvolvimento Humano e Aprendizagem Tecnológica

A eficácia do processo de inclusão e inovação tecnológica no âmbito educacional implica na ação do instrutor de informática e supervisor escolar em assessorar alunos e professores quanto ao uso da tecnologia educacional oferecendo momentos de capacitação do uso de softwares e ações que gerem autonomia no uso das tecnologias.

Buscar estimular a criatividade de alunos e professores para favorecer a interatividade das disciplinas da grade curricular, sugerir estratégias em relação ao uso das tecnologias que promovam competências e autonomia no uso de recursos tecnológicos.

O instrutor deve enfatizar os benefícios decorrentes do uso da tecnologia para desenvolvimento de atividades apropriadas de aprendizagem e para aperfeiçoamento dos modelos de gestão escolar construídos em nível local, aproximar a cultura escolar e a cultura local, compartilhando as ações pedagógicas das unidades escolares, cultura e informação à comunidade alimentando e mantendo atualizado o blog escolar.

É importante ainda que haja o apoio da supervisão escolar na elaboração e entrega com antecedência dos planejamentos, avaliação e averiguação dos conteúdos curriculares bem como a metodologia utilizada no laboratório, o incentivo ao desenvolvimento de material digital de autoria na unidade escolar produzido pelo instrutor, o atendimento de todas as turmas no laboratório, acompanhando nas planilhas do laboratório turmas que não comparecem, e providenciando o comparecimento das mesmas. Assim como os cadernos de planejamento dos professores são averiguados com frequência estabelecida por cada escola, a planilha do instrutor de informática também deve ser analisada, ter uma versão impressa, carimbada e assinada pelo supervisor e/ou gestor da unidade, e arquivada, visto que é um registro que rege o processo de ensino aprendizagem realizado no ambiente do laboratório.

Os registros de agendamentos e utilização dos equipamentos multimídia também devem ser verificados mensalmente (objetivos), incentivar a inserção da tecnologia em projetos interdisciplinares, trabalhos que já acontecem na unidade, delineando na tecnologia um auxílio, um facilitador, ao invés de utilizá-la sempre como uma tarefa extra, uma obrigação.

O supervisor escolar deve assegurar e assessorar instrutor e professores na elaboração de um planejamento tecnológico-educacional anual que contemple a participação da informática nos projetos escolares e/ou temas transversais, bem como datas e eventos comemorativos, MIC – Mostra de Ideias e Curiosidades, e reuniões

pedagógicas, incentivando o trabalho em grupo e a participação de todos os profissionais da escola por meio de divulgação dos mesmos, preparando momentos para amostra de atividades realizadas nos laboratórios: intervalos, reuniões pedagógicas, nas horas atividade dos professores.

8.3. A mediação no contexto da Tecnologia Educacional: Professor X Instrutor

Considerando que “o uso das tecnologias na educação deve estar apoiado numa filosofia de aprendizagem que proporcione aos estudantes oportunidades de interação e, principalmente, a construção do conhecimento” (MEC, 2007), é necessário que se tenha clareza do trabalho que o professor e o instrutor desempenham, enquanto mediadores deste processo.

Estudos postulados por Vygotsky permitem compreender as concepções de ensino e de aprendizagem, bem como o desenvolvimento mental e social, sob a perspectiva da mediação. Para ele, toda atividade ou ação do sujeito sobre o objeto é mediada socialmente, tanto simbolicamente, por meio de signos internos e externos, quanto pelo uso da linguagem, ou ainda pela ação de outro sujeito (MACHADO, 2009, p. 68).

O ato de mediar recursos tecnológicos ao processo de ensino aprendizagem desencadeia a necessidade de algumas reflexões pelas partes envolvidas no processo: Qual conteúdo curricular trabalhará? De que modo planeja que seus alunos aprendam o conteúdo proposto? Quais dificuldades o professor encontra para trabalhar um conteúdo? Como desenvolver tal conteúdo? Que métodos ou estratégias o professor já utilizou? O que ainda pode ser explorado quanto ao uso das tecnologias? Qual recurso poderá auxiliar no trabalho com o conteúdo selecionado? Como utilizar a atividade de sala de aula do professor e linkar material digital que enriqueça o trabalho/conteúdo?

Partindo deste pressuposto, delinea-se dois papéis fundamentais no processo do uso da tecnologia educacional: o papel do professor e do instrutor. Ferreira apud Vosgerau (2010) define o papel do professor enquanto mediador, conceituando sua prática “um ato, expresso na ação do professor que intervém de forma planejada entre o aluno e o objetivo de aprendizagem, articulando recursos para conduzir esse aluno na construção do conhecimento, sendo o professor o articulador entre o aprendiz e o objeto do conhecimento”.

Entende-se, pois, que as interações que trazem uma intencionalidade, conteúdo curricular e uma proposta sistematizada, são consideradas um processo de mediação didático-pedagógico, logo, parte do professor de área o planejamento do

conteúdo, o método com o qual pretende mediar ou trabalhar as aulas realizadas nos laboratórios.

A mediação do professor consiste em problematizar, perguntar, dialogar, ouvir os alunos, ensiná-los a argumentar, abrir-lhes espaço para expressar seus pensamentos, sentimentos, desejos, habilidades, experiências, de modo que tragam para a aula sua realidade vivida (LIBÂNEO, 2009, p. 13).

Não se trata aqui apenas de se utilizar das tecnologias para o trabalho e (ou) repasse de conceitos e conhecimentos científicos, mas de tomar consciência que, por meio delas, podemos expandir os espaços de aprendizagem, ampliando as possibilidades de leitura e expressão da realidade, a partir dos diferentes gêneros textuais, meios de registro e produção de materiais elaborados pelos próprios alunos.

Ao planejar com antecedência as aulas na sala de informática, o docente precisa definir as atividades que seus educandos irão utilizar, para que o instrutor de informática possa construir o material e organizar a situação do laboratório de forma que o uso do computador ou mídia seja feito da maneira adequada, como recurso didático pedagógico.

Assim, a preparação do professor que vai usar o computador com seus alunos deve ser um processo que o mobilize e o prepare para incitar seus educandos a “aprender a aprender”; ter autonomia para selecionar as informações pertinentes à sua ação; refletir sobre uma situação-problema; escolher a alternativa adequada de atuação para resolver o problema; refletir sobre os resultados obtidos; depurar seus procedimentos, reformulando suas ações; buscar compreender os conceitos envolvidos; ou levantar e testar outras hipóteses.

Planejamento requer intenção, sistematização, objetivos definidos do que se quer ensinar, para quem, com que recursos e como ensinar. A partir dessas premissas, determina-se no papel do instrutor de informática, o profissional mediador do uso das tecnologias de informação e comunicação, de modo que este instrumentalize o planejamento e os métodos descritos pelo professor, fazendo com que a aprendizagem seja sistematizada por meio de instrumentos, ferramentas que a tecnologia oferece com a capacidade de potencializar o processo estipulado.

O Instrutor facilita o uso pedagógico das tecnologias nas práticas educacionais e, numa ação conjunta de planejamento com os profissionais da unidade escolar, ele compartilha diversos recursos que a tecnologia viabiliza as versatilidades, simulações, funcionalidades e aplicabilidades didáticas que podem contribuir para a compreensão e o desenvolvimento de capacidades cognitivas relativas às propostas pedagógicas dos professores.

Nas ações presenciais, os Instrutores de informática auxiliam na produção de Objetos de Aprendizagem Colaborativos, na utilização de softwares, e avaliações online relativas ao Ambiente Educline, bem como, na pesquisa de conteúdos produzidos pelos repositórios do MEC, e sites de conteúdos e objetos de código aberto, oportunizando momentos de discussão e diálogo, de reflexão curricular, teórica e metodológica.

O instrutor é um mediador quando orienta e guia o uso de tecnologias de maneira consciente e reflexiva e quando contribui para a implantação de estratégias tecnológicas que auxiliem nas atividades de cunho administrativo, logístico, técnico e pedagógico, de forma integrada às políticas emanadas da unidade de ensino e das diretorias da Secretaria Municipal de Educação. Tais ações se refletem nas Escolas, Docentes, Educandos e Comunidade, e tem como elemento norteador as Diretrizes Curriculares, Diretrizes do MEC (PROINFO) e os PCNs.

Considerando estes dados, pressupõe-se um perfil profissional dos instrutores que os leve a serem cooperativos criativos e críticos, participativos no contexto escolar, comprometidos com a aprendizagem permanente, engajados no processo de participação da inclusão digital, que busque garantir o atendimento a todas as turmas são atendidas dentro da unidade escolar, e ainda assessoria e apoio aos profissionais de outras áreas do ensino da escola, capazes de manter uma relação com a prática da intercomunicação.

PARTE V AVALIAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL

Atualmente, muito se tem falado sobre a avaliação no contexto escolar. Busca-se uma verdadeira definição para o seu significado, justamente porque esse tem sido um dos pontos mais problemáticos na prática pedagógica.

Apesar de ser a avaliação uma prática social ampla, pela própria capacidade que o ser humano tem de observar, refletir e julgar, na escola sua dimensão não tem sido muito clara. Ela vem sendo utilizada ao longo do tempo como aplicação de notas, visando à promoção ou reprovação do aluno.

Sabe-se que a educação é um direito de todos os cidadãos, assegurando-o a igualdade de oportunidades. Inseridas neste contexto, ao estudarem, as pessoas passam muitas e muitas vezes pela avaliação, cujos aspectos legais norteiam o processo educacional através dos regimentos escolares. Assim, as avaliações são tidas como obrigatórias e, através delas, é expresso o "*feedback*" pelo qual se define o caminho para atingir os objetivos pessoais e sociais.

Hoje a avaliação, conforme define Luckesi (1996, p. 33), "é como um julgamento de valor sobre manifestações relevantes da realidade, tendo em vista uma tomada de decisão". Ou seja, ela implica um juízo valorativo que expressa qualidade do objeto, obrigando, conseqüentemente, a um posicionamento efetivo sobre o mesmo.

A avaliação no contexto educativo quer se dirija ao sistema em seu conjunto quer a qualquer de seus componentes, corresponde a uma finalidade que, na maioria das vezes, implica tomar uma série de decisões relativas ao objeto avaliado.

A finalidade da avaliação é um aspecto crucial, já que determina, em grande parte, o tipo de informações consideradas pertinentes para analisar os critérios tomados como pontos de referência, os instrumentos utilizados no cotidiano da atividade avaliativa.

Nem sempre o professor tem definido os objetivos que quer alcançar com seus alunos. Nesse sentido, a avaliação muitas vezes tem sido utilizada mais como instrumento de poder nas mãos do professor, do que como revisão para os seus alunos e para o seu próprio trabalho. Na realidade, é comum ouvir dos professores, os famosos "chavões" sempre indicando o desempenho ruim de alguns alunos, esquecendo-se de que esse desempenho pode estar ligado a outros fatores que não só o contexto escolar.

Durante muito tempo, a avaliação foi usada como instrumento para classificar e rotular os alunos entre os bons, os que dão trabalho e os que não têm jeito. A prova bimestral, por exemplo, servia como uma ameaça à turma. Felizmente, esse modelo

ficou ultrapassado e, atualmente, a avaliação é vista como uma das mais importantes ferramentas à disposição dos professores para alcançar o principal objetivo da escola: fazer todos os estudantes avançarem. Ou seja, o importante hoje é encontrar caminhos para conhecer a qualidade do aprendizado dos alunos e oferecer alternativas para um desempenho mais seguro.

Antes de qualquer coisa, é preciso ter em mente que não há certo ou errado, porém elementos que melhor se adaptam a cada situação didática. Observar, aplicar provas, solicitar redações e anotar o desempenho dos alunos durante um seminário são apenas alguns dos jeitos de avaliar. Os especialistas, aliás, dizem que o ideal é variá-los, adaptando-os não apenas aos objetivos do educador, mas também às necessidades de cada turma.

Cipriano Carlos Luckesi, professor de pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia, lembra que a boa avaliação envolve três passos:

- Saber o nível atual de desempenho do aluno (etapa também conhecida como diagnóstico);
- Comparar essa informação com aquilo que é necessário ensinar no processo educativo (qualificação);
- Tomar as decisões que possibilitem atingir os resultados esperados (planejar atividades, sequências didáticas ou projetos de ensino, com os respectivos instrumentos avaliativos para cada etapa).

Outro fator importantíssimo e como apresentar os resultados das avaliações.

Observar, anotar, replanejar, envolver todos os alunos nas atividades de classe, fazer uma avaliação precisa e abrangente. E agora, o que fazer com os resultados? Segundo os especialistas, a avaliação interessa a quatro públicos:

- ao aluno, que tem o direito de conhecer o próprio processo de aprendizagem para se empenhar na superação das necessidades;
- aos pais, corresponsáveis pela Educação dos filhos e por parte significativa dos estímulos que eles recebem;
- ao professor, que precisa constantemente avaliar a própria prática de sala de aula;
- à equipe docente, que deve garantir continuidade e coerência no percurso escolar de todos os estudantes.

A avaliação deve ser um instrumento no qual se possa identificar e analisar a evolução, o rendimento e as modificações do educando, confirmando a construção do conhecimento. Não ser usada apenas para dar satisfação aos pais do que foi aprendido ou não pelo aluno.

Sendo assim existem algumas modalidades de avaliação, que podem ser aplicadas na instituição escolar. São elas a avaliação diagnóstica, avaliação formativa, avaliação somativa, avaliação escrita, auto-avaliação e avaliação cooperativa.

A avaliação diagnóstica deve acontecer no início de cada ano letivo, pois assim fica mais fácil detectar as fragilidades e planejar as atividades que serão realizadas. Avaliação formativa tem como propósito informar ao professor e aluno sobre os resultados da aprendizagem, durante as atividades escolares. Onde possibilita a reformulação da mesma e assegurar o alcance dos objetivos.

Tem o nome formativa, pois indica como os alunos estão se modificando em direção aos objetivos. A avaliação somativa tem a função de classificar os alunos ao final da unidade, semestre ou ano letivo, segundo níveis de aproveitamento apresentados. Objetiva avaliar de maneira geral o grau em que os resultados mais amplos têm sido alcançados ao longo e ao final de um curso.

Assim a avaliação somativa seria a junção de uma ou mais avaliações trabalhadas pelo professor, buscando valorizar as diferentes etapas de ensino/aprendizagem dos seus alunos. A avaliação escrita não pode restringir-se a pedir aos alunos que repitam somente o que foi ensinado ou o que está no livro didático, ela deve servir para verificar o desenvolvimento das habilidades intelectuais dos alunos na assimilação dos conteúdos (organização das ideias, clareza de expressão, originalidade, capacidade de fazer relações entre fatos dentro do texto escrito). Libâneo (1994), afirma que a prova dissertativa compõe-se de um conjunto de questões ou temas que devem ser respondidos pelos alunos com suas próprias palavras.

Sant'Ana, (2009), afirma que a auto-avaliação é capaz de conduzir o aluno a uma modalidade de apreciação que se põe em prática durante a vida inteira. Com a auto-avaliação os alunos adquirem a capacidade cada vez maior de analisar suas próprias aptidões, atitudes, comportamentos, pontos fortes, necessidades e êxitos na consecução de propósitos. Mas para que a auto-avaliação tenha êxito é preciso que o professor acredite no aluno e ofereça condições para a aprendizagem, pois assim o aluno se sentirá seguro para manifestar autenticidade em sua avaliação.

A avaliação cooperativa estimula o aluno a coletar evidências concretas de trabalhos e proporcionar condições para que analise, juntamente com o grupo, o processo obtido é aperfeiçoá-lo para uma convivência democrática no grupo e na sociedade.

O Professor pode avaliar o desenvolvimento do aluno através da escrita, da observação, da auto-avaliação e ou através do diagnóstico feito tanto pelo Professor quanto pelo aluno. Com isso percebemos que a avaliação serve para aconselhar,

informar, indicar mudanças, funcionando em uma lógica cooperativa que faz do diálogo, uma prática e da reflexão, uma constante.

9. AVALIAÇÃO NO BLOCO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

A alfabetização é uma das prioridades nacionais no contexto atual. Para atingir a qualidade do ensino na Rede Municipal de Itajaí, o município aderiu ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, assumindo o compromisso de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental. Dentre formações continuadas específicas para os professores de sala, com estudos relacionados ao PNAIC, promove-se constantemente, a atualização desses profissionais a fim de reformularem suas práticas e agregarem novos conceitos no que se refere à alfabetização e letramento. No entanto, além das formações continuadas, a Secretaria Municipal de Educação julga necessário instituir um instrumento avaliativo de acompanhamento do Bloco, para monitorar os resultados e atuar diante do que for apresentado.

Avaliação institucional é o processo avaliativo desenvolvido pela própria Instituição de Ensino com o objetivo de gerar informações e produzir conhecimentos a cerca da realidade institucional, objetivando o redimensionamento da mesma a partir de decisões tomadas em função da melhoria da qualidade de ensino.

Segundo Sanches e Raphael (2006, p. 108):

A avaliação Institucional é, por sua essência, um processo global no qual se revisa o que foi planejado e se constrói continuamente, (...) mediante processo de autoconhecimento. Nessa análise contínua, deve-se considerar principalmente a missão da instituição e o contexto em que está inserida, bem como sua trajetória histórica. Não é um processo que, isolado, resolva todos os problemas da instituição, mas que contribui para a sinalização dos mesmos e a efetiva reflexão sobre as alternativas mais eficazes.

Através desta avaliação, pretende-se aferir o perfil alfabetizador das Unidades de Ensino da Rede Municipal, das turmas do bloco de Alfabetização e Letramento, seus avanços, suas fragilidades e, a partir deste conhecimento, propor estratégias e implementar ações condizentes com os resultados obtidos, para ofertar uma educação de qualidade e promover a equidade de oportunidades educacionais.

Os instrumentos avaliativos de 2014 foram elaborados pela equipe do Grupo de Trabalho de Avaliação da Alfabetização, e organizados em três etapas:

- Avaliação Diagnóstica: realizada no início do ano letivo e tem por objetivo obter informações sobre os conhecimentos, aptidões e competências dos estudantes com vista à organização dos processos de ensino e

aprendizagem de acordo com as situações identificadas.

- **Avaliação Processual:** realizada no início do segundo semestre, em que o objetivo é obter informações que auxiliem tanto a rede de ensino, como os educadores a planejar intervenções e propor procedimentos que levem os alunos a atingir novos patamares de conhecimento. Ou seja, seus resultados servem para explorar, identificar, adaptar e predizer acerca das competências e aprendizagens dos alunos.
- **Avaliação de Resultado:** realizada ao final do ano letivo. Esta objetiva obter informações a respeito do ensino oferecido pelo município, pelas escolas e sobretudo, a elaborar metas e ações pedagógicas visando a melhoria da qualidade de ensino.

Após cada etapa da avaliação institucional, realiza-se um monitoramento acerca dos dados obtidos, para mensurar a aprendizagem dos alunos de acordo com as principais habilidades elencadas para o trimestre do ano em estudo, pautadas principalmente na Matriz de Conteúdos e Habilidades do 1º, 2º e 3º ano.

Em virtude da necessidade de implementação do Bloco de Alfabetização e Letramento, houve uma readequação no sistema de avaliação para os anos (1º, 2º e 3º). Conforme a Resolução 001/2014, Art. 3.º - O ano letivo de cada etapa do Bloco de Alfabetização e Letramento será organizado no sistema de trimestralidade, conforme calendário letivo aprovado pelo COMED. Acredita-se que com a trimestralidade, exista um ganho tanto para o aluno que aprende, quando para o professor que ensina, no que se refere à qualidade de tempo, de estratégias de ensino, de avaliação e reavaliação da prática pedagógica.

A avaliação dos alunos integrantes do Bloco de Alfabetização e Letramento será realizada qualitativamente e quantitativamente.

De acordo com a Resolução 001/2014, art 8º: “A informação resultante da avaliação quantitativa para os alunos do 1.º ano, 2.º Ano e 3.º ano do ensino fundamental, será expressa por conceitos e percentuais de aproveitamento, em todas as áreas do conhecimento: I – Os conceitos e percentuais de aproveitamento, referidos no parágrafo anterior, são expressos da seguinte forma: D = habilidade desenvolvida (100%) ED = habilidade em desenvolvimento (90% a 80%) PD = habilidade parcialmente desenvolvida (70% a 60%) ID = iniciando o desenvolvimento da habilidade (50% a 40%) ND = habilidade não desenvolvida (30% a 20%)”.

Aos alunos matriculados no 1º e no 2º ano do Bloco de Alfabetização e Letramento será garantida progressão imediata ao final do ano letivo, desde que obtenham frequência igual ou superior ao mínimo de 75% (setenta e cinco por cento),

em cada etapa/ano, no total de horas e dias letivos, estando este determinado pelo art. 7º da mesma Resolução.

Serão considerados aprovados no 3.º ano os alunos que obtiverem, em todos os componentes curriculares, o total de 18 pontos e frequência maior ou igual a 75% (setenta e cinco por cento) no total de horas e dias letivos. Ao aluno que não atingir 18 pontos ao fim do ano letivo, será submetido à 4ª avaliação e caso alcance 18 pontos em cada componente curricular, será igualmente aprovado, desde que observada, paralelamente, a frequência mínima.

Para efeito da elaboração do instrumento a ser aplicado aos alunos na 4ª avaliação, deverão ser consideradas as habilidades descritas no perfil do aluno ao final do 3º. ano, elencadas na Resolução 001/2014.

Será considerado reprovado quanto ao aproveitamento o aluno do 3.º ano que, após o acompanhamento sistemático de recuperação paralela, submetido à 4ª avaliação e ao Conselho de Classe, não alcançar no mínimo o total de 18 pontos em qualquer um dos componentes curriculares. Também será considerado reprovado o aluno com frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas e dias letivos em cada uma das etapas (1º, 2º e 3º ano).

10. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), aprovada em 1996, determina que a avaliação seja contínua e cumulativa e que os aspectos qualitativos prevaleçam sobre os quantitativos. Da mesma forma, os resultados obtidos pelos alunos ao longo do ano escolar devem ser mais valorizados que a nota da prova final. Essa nova forma de avaliar põe em questão não apenas um Projeto Político Pedagógico, mas uma mudança social não apenas técnica, mas também política. Tudo porque a avaliação formativa serve a um projeto de sociedade pautado pela cooperação e pela inclusão, em lugar da competição e da exclusão. Uma sociedade em que todos tenham o direito de aprender.

Para que a avaliação sirva à aprendizagem é essencial conhecer cada aluno e suas necessidades. Assim o professor poderá pensar em caminhos para que todos alcancem os objetivos e considerar que importante não é identificar problemas de aprendizagem, mas necessidades.” (Janssen Felipe da Silva, pesquisador da Universidade Federal de Pernambuco) (Disponível em: http://revistaescola.abril.com.br/formacao/avaliar_ensinar-melhor-424538.shtml. Acesso em 22 dezembro/2014)

O Sistema educacional da Rede Municipal de Itajaí tem como documento atual vigente a RESOLUÇÃO Nº002/ COMED/2007, que altera a RESOLUÇÃO 004/99 e fixa as normas do sistema de avaliação.

O referido documento estabelece os princípios e os procedimentos a observar na avaliação da aprendizagem e do desenvolvimento das habilidades e competências dos alunos do ensino fundamental. Entende-se por habilidade o plano imediato do saber fazer, aliado ao conhecimento, ou seja, a operacionalização da aprendizagem em situações práticas. E por competência a mobilização e transferência de conhecimento para o enfrentamento de uma determinada situação, a qual envolve um conjunto de esquemas mentais: aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a ser; aprender a conviver.

Compreende a avaliação como um instrumento complementar e regulador da prática pedagógica, o qual permite o recolhimento sistemático de informações que, depois de analisadas, instigam a tomada de decisões apropriadas à ascensão da qualidade das aprendizagens.

De acordo com a Resolução aqui mencionada em grande relevância, a avaliação tem por finalidade apoiar o processo pedagógico de modo a promover a aprendizagem dos alunos, permitindo o replanejamento das ações educacionais, mais precisamente da metodologia e recursos didáticos, em função das necessidades de formação dos alunos; fazer a devolutiva dos resultados do desempenho do aluno aos pais e comunidade escolar, no final de cada bimestre; contribuir para melhoria da qualidade do ensino, uma vez que possibilita a tomada de decisões para o seu aperfeiçoamento, promovendo uma maior confiança social no sistema educacional.

A avaliação incide sobre a aprendizagem e desenvolvimento das habilidades e competências, definidas para as diversas áreas do conhecimento, que compõem a grade curricular, nas diferentes etapas do ensino fundamental.

Pautado em princípios de consistência dos processos de avaliação e desenvolvimento das habilidades e competências pretendidas, elaboração e uso de instrumentos avaliativos diversificados, prioridade da avaliação formativa com articulação dos momentos de avaliação diagnóstica e somativa, assim como a valorização da evolução do desempenho do aluno, transparência e rigor do processo avaliatório e a explicitação dos critérios adotados.

Num de seus capítulos, a Resolução traz uma breve explicação sobre os tipos de avaliação diagnóstica e formativa. A avaliação diagnóstica conduz à adoção de estratégias de diferenciação pedagógica e contribui para elaborar, adequar e reformular o PPP, facilitando a integração escolar do aluno. Pode ocorrer em qualquer momento do ano letivo quando articulada com a avaliação formativa. E a avaliação

formativa é a principal modalidade de avaliação do ensino fundamental. Assume caráter contínuo e sistemático e visa à regulação do processo ensinar e aprender e se deve recorrer a uma variedade de instrumentos de coleta de informação, de acordo com a aprendizagem e habilidade pretendida em cada etapa do ensino.

A avaliação formativa fornece ao professor e demais interventores que são os professores, os alunos, o conselho de classe, a equipe técnica administrativa e os serviços especializados e de apoio educacional, informação sobre o desenvolvimento das habilidades e competências dos alunos, de modo a permitir rever e melhorar o processo pedagógico. Esta avaliação é de responsabilidade de cada professor em seu diálogo com os alunos e em colaboração com os outros professores, no âmbito da coletividade, que concebe e conduz o respectivo plano de ensino curricular, e ainda, se necessário, com os profissionais dos serviços especializados e de apoio educacional.

Compete à direção escolar e equipe técnica pedagógica e administrativa, a partir dos dados da avaliação formativa, mobilizar e coordenar os recursos educacionais existentes na escola, com vistas a atender as necessidades de formação dos alunos. A avaliação somativa consiste na formulação de um juízo globalizante sobre o desenvolvimento das habilidades e competências definidas para cada área de conhecimento. A avaliação somativa é de responsabilidade do professor regente em articulação com o respectivo conselho de classe, reunido, para efeito, no final de cada período.

A verificação do rendimento escolar observará os critérios de avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os aspectos quantitativos e dos resultados ao longo do período, sobre eventuais provas finais, possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar, possibilidade de reclassificação nas séries, mediante verificação do aprendizado, aproveitamento de estudos concluídos com êxito e obrigatoriedade de estudos de recuperação, paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos.

Compete a Diretoria de Ensino Fundamental da Secretaria Municipal de Educação, juntamente com os docentes e equipe técnica – administrativa das unidades escolares, definirem, no início de cada ano letivo, os conteúdos programáticos e a matriz de habilidades que o aluno deverá ter apropriado para efeito de aprovação. A avaliação é de responsabilidade do professor, do conselho de classe e da equipe técnica pedagógica e administrativa. A Escola deve assegurar, com competência, a participação dos alunos, nos serviços de apoio educacional e

especializado e dos demais interventores, nos termos definidos pelo Regimento Interno Escolar, no processo avaliativo. A Rede Municipal de Ensino de Itajaí assume a perspectiva de um sistema educacional inclusivo, portanto, a avaliação prevista na Resolução se aplica também aos alunos com necessidades educacionais especiais.

PARTE VI. O CONHECIMENTO E AS DISCIPLINAS CURRICULARES ENSINAR E APRENDER NAS ÁREAS DO CONHECIMENTO

Ensinar e aprender são processos indissociáveis que ocorrem de forma concomitante. Ensinar do latim “insignare”, que significa instruir sobre, indicar assinalar, marcar, mostrar algo a alguém e Aprender de acordo com os dicionários é adquirir o conhecimento de, ficar sabendo, instruir-se. É através da mediação entre o sujeito, o objeto a ser conhecido que se dá o processo de aprendizagem.

Ensinar e Aprender a Língua Materna – Bloco de Alfabetização

De acordo com o Pró-Letramento: Alfabetização e Linguagem (2007, p.12), “[...]entende-se alfabetização como o processo específico e indispensável de apropriação do sistema de escrita, a conquista dos princípios alfabético e ortográfico que possibilita ao aluno ler e escrever com autonomia”.

Entretanto quando se pensa em ensinar para que os alunos possam desenvolver suas competências, não se pode reduzir apenas à alfabetização, ao aprendizado do sistema de escrita, ao domínio da tecnologia de ler e escrever (codificar e decodificar), mas também para os usos dessas habilidades em práticas sociais em que ler e escrever são necessários, logo se faz necessário alfabetizar em contextos de letramento.

Mortatti afirma que:

[...] somente o fato de ser alfabetizada não garante que a pessoa seja letrada; e somente o fato de viverem em sociedade letrada não garante a todas as pessoas formas iguais de participação na cultura escrita. (2004, p. 107).

A palavra letramento é nova em nossa língua e surgiu com a autora Mary Kato em 1986 em seu livro “No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística”, sendo em seguida usada em diversos livros, muitos de educação.

Segundo Soares (2004, p.35), letramento:

É uma tradução para o português da palavra inglesa literacy [...]. Letramento é resultado da ação de ensinar a ler e aprender as práticas sociais de leitura e escrita. O estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de Ter-se apropriado da escrita e de suas práticas sociais.

Essas definições são fundamentais para que a diferença entre letramento e alfabetização seja compreendida aqui no Brasil.

Segundo Bittencourt (2010, p. 37), “o letramento permite ir além da decodificação do sistema de escrita, ao inserir aspectos histórico-culturais da

aprendizagem de um sistema escrito. Adquirir competência para usar a leitura e a escrita no contexto das práticas sociais, deste modo, significa construir competências para usufruir a escrita em seu caráter funcional e prático”. É preciso saber redigir uma carta, preencher um formulário, um cheque, buscar informações em um jornal, saber utilizar uma lista telefônica..., Enfim é exercer as práticas sociais de escrita.

Soares (2004) afirma que letramento é o resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais de leitura e de escrita. É o estado ou a condição que adquire um grupo social, ou um indivíduo, como consequência de ter se apropriado da escrita e de suas práticas sociais. Apropriar-se da escrita é torná-la própria, ou seja, assumi-la como propriedade. Um indivíduo alfabetizado, não é necessariamente um indivíduo letrado, pois ser letrado implica em usar socialmente a leitura e a escritura e responder às demandas sociais de leitura e de escrita.

A pessoa letrada passa a ter outra condição social e cultural, muda o seu lugar social, seu modo de viver, sua inserção na cultura e conseqüentemente uma forma de pensar diferente é neste sentido que se pode afirmar que a língua escrita é uma ferramenta do pensamento.

É válido dizer que “a alfabetização (considerada aqui como o período em que a criança é inserida em um contexto de ensino sistemático da língua escrita) é o período mais importante da formação escolar de uma pessoa, assim como a escrita foi momento mais importante da história da humanidade, pois somente através dos registros escritos o saber acumulado pode ser controlado e socializado pelos e entre os indivíduos”. (BITTENCOURT, 2010, p. 38).

Desta forma a alfabetização precisa acontecer em contextos letrados. O professor precisa considerar as práticas de letramento que acontecem dentro e fora da escola, da qual a criança faz parte, utilizar a leitura e a escrita tanto no que se refere às práticas discursivas como na condição de objeto de reflexão do aprendiz.

O professor deve criar situações que permitam aos alunos vivenciar, pensar e refletir sobre este objeto de pensamento que é a escrita, oferecendo oportunidades nas quais esses aprendizes possam agir sobre ele e avançar em seus conhecimentos. Logo o professor parte do que o aluno já sabe, e propõe atividades para que ele possa aprender e progredir naquilo que ainda não sabe.

Um trabalho pedagógico criativo que permite à criança o constante contato com os diversos gêneros textuais (reais e com sentido), oferecendo muita leitura e escrita, mesmo antes delas estarem alfabetizadas, uma prática que favoreça o conhecimento dos alunos e o desenvolvimento das suas competências.

Ensinar e Aprender nos Anos Iniciais - 4º e 5º Anos

Na escola contemporânea, se faz necessário uma educação que parta da premissa do sujeito como construtor da sua própria aprendizagem, sempre com a preocupação de favorecer a formação de cidadãos críticos, que atuem na sociedade, que sejam inovadores, flexíveis, que se envolvam e percebam que estão inseridos nos acontecimentos da sociedade.

Assim, é imprescindível que o professor e a escola saibam aprender a aprender diariamente em parceria com a comunidade escolar e nessa perspectiva compreender que se deve ensinar a aprender, sendo o professor o grande estimulador da aprendizagem. Professor este, receptivo para as mudanças tecnológicas, que demonstre interesse pelo diverso e que priorize o olhar curioso e investigador. Nesta ótica, construindo nessa “nova” escola um ambiente democrático como já fora dito por Paulo Freire e alimentado pela “alegria de ensinar” (ALVES, 1994, p. 10).

Esta necessidade está pautada na percepção de que a sociedade e o conhecimento estão em constante movimento de transformação, o que tem exigido dos docentes dos anos iniciais uma postura repensada, ou seja, inovadora e diferenciada, que seja decorrente de investigações, pesquisas, reflexões e desenvolvimento de novas habilidades e competências.

Dentre elas, a grande preocupação está em possibilitar meios para que o aluno desenvolva a competência de leitura, escrita e raciocínio lógico matemático; portanto ele deve desenvolver a habilidade de ler, escrever, refletir, comparar, analisar, resolver situações problemas, interpretar, criticar, sugerir, ser um agente participativo na sociedade, dentre outros.

As práticas voltadas para o ensinar e o aprender dos anos iniciais, necessitam se constituir em um currículo flexível e dinâmico, com vistas para a pesquisa e ação proveniente de um esforço cooperativo, acreditando eficazmente na interação benéfica decorrente das relações.

Nesta premissa, a escola como ambiente social, deve propiciar a expressão, a leitura de mundo, ao aluno que veja além de seus olhos, além do seu senso comum, que busque por meio da realidade modificá-la e transformá-la.

Para que a escola cumpra este papel, alcance todos os objetivos traçados e atenda o disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos, ou seja, os princípios éticos e políticos; deve estar fundamentada com objetivos conceituais/factuais, procedurais e atitudinais; habilidades, conteúdos, metodologia e instrumentos/critérios de avaliação bem definidos no planejamento escolar e a equipe escolar comprometida com a formação de seus alunos. Para tanto,

acredita-se, que via revisão sistemática e coletiva da Proposta Pedagógica da escola poder-se-á definir em parceria com a comunidade escolar o melhor caminho a se percorrer e assim garantir o aprendizado de todos.

O currículo escolar caracterizado como dinâmico e flexível por estar pautado em paradigmas, onde o homem está considerado como um ser social, capaz de ser autor de sua realidade. Logo, a ação educativa neste currículo deve ser voltada a permitir ao homem, quatro importantes aspectos: conhecer, conviver, fazer e ser.

Estes aspectos se baseiam nas quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda a vida destes ser, de algum modo serão os pilares do conhecimento: aprender a conhecer (Compreender o mundo que nos rodeia); aprender a fazer (colocar em prática os conhecimentos); aprender a viver juntos (Conviver; responsabilidade por um mundo mais solidário); aprender a ser (desenvolvimento total da pessoa, não negligenciando nenhuma das potencialidades de cada indivíduo: memória, raciocínio, sentido estético, capacidades físicas e aptidão para comunicar-se). (UNESCO/MEC, 1999, p. 89-102).

Uma vez constituído o currículo, ele deverá respeitar todos os diferentes movimentos culturais e as variadas formas de relações sociais. Para compor esse currículo são necessários: experiências, ética, metodologias, ideologias, dentre outros aspectos, em que seja possível tornar a escola um ambiente multidisciplinar, onde várias concepções possam ser trabalhadas / vivenciadas.

Neste olhar, planejar passa a ser uma etapa onde o professor antecipa sua ação docente, a fim de buscar desenvolver as habilidades, hábitos e atitudes por intermédio de uma metodologia que leve em consideração o contexto social dos alunos, que possibilite meios de se alcançar os objetivos propostos e se desenvolva as habilidades e competências elencadas nestas diretrizes.

Deste modo, para um planejamento alcançar suas metas de aprendizagem deverá ser realizado após a realização de diagnósticos e o professor já ter conhecimento de sua turma. Visto que a partir dos conhecimentos prévios do que o aluno já sabe, acredita-se fomentar a continuidade ao desenvolvimento cognitivo do aluno. Para tanto o planejamento deve ser coerente com as temáticas atuais, relacionados a realidade do aluno por meio de uma sequência lógica e didática, ser flexível, preciso, objetivo, ter conteúdo, estratégias de ensino e avaliação bem definidos e interligados.

Durante o planejamento o professor deve focar na habilidade que seu aluno precisa desenvolver em um determinado tempo e local, para que suas competências possam ser evidenciadas e o aluno se torne cada dia mais capaz de tomar decisões e construir o conhecimento científico.

Atendendo o que preconiza o terceiro princípio descrito nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos, ou seja, o princípio estético; todos nós, ensinantes do presente, podemos ser sensíveis ao outro, instigadores ao desejo de aprender. Há de se reconhecer que o aprender se dá no ensinar norteado por uma perspectiva humanística, que vise o ensinar a pensar sobre o próprio pensar, bem como ensinar o olhar sensível e estético de todos os docentes e discentes dos anos iniciais. Cabe a escola fomentar a educação estética no cotidiano escolar, por compreender que é na escola que se constitui a formação da sociedade cada vez mais justa, criativa e autêntica. Pode-se, assim, concordar com Duarte Jr. quando diz:

Uma educação que reconheça o fundamento sensível de nossa existência e a ele dedique a devida atenção, propiciando o seu desenvolvimento, estará, por certo, tornando mais abrangente e sutil a atuação dos mecanismos lógicos e racionais de operação da consciência humana. Contra uma especialização míope, que obriga a percepção parcial de setores da realidade, com a decorrente perda de qualidade de vida e na visão desses profissionais do muito pouco, defender uma educação abrangente, comprometida com a estesia humana, emerge como importante arma para enfrentar a crise que acomete o nosso mundo moderno e o conhecimento por ele produzido. (DUARTE JR., 2001, p. 170).

A educação estética, assim, é parte integrante e fundamental no processo de humanização e está alicerçada na dimensão cultural; os coordenadores pedagógicos constituem-se sujeitos ativos no processo educacional por meio das relações sociais estabelecidas dentro e fora da escola, deixando de ser especialistas que olham o processo da aprendizagem de forma fragmentada para passarem a perceber a educação em um todo.

Trata-se de um outro olhar, um olhar marcado por profundo respeito, pelo cuidado, pela crença sincera na sua capacidade de aprender, de se superar, de se transcender, de melhorar. Isto exige prestar atenção no aluno, levá-lo a sério. O professor olha para o aluno não como alguém que um dia será uma pessoa, mas para quem já é uma pessoa. Não para alguém que um dia será um cidadão, mas para quem já é um cidadão. Não olha com desconfiança, mas pautado na convicção de que todos podem aprender e, mais do que isto, têm direito de aprender! (Celso Vasconcellos, 2009, p. 201).

Nesta premissa, há de se evidenciar, focar e primar por um ensino de qualidade realçando a importância do desenvolvimento de projetos interdisciplinares, ousando para inovar, buscando novos caminhos que impulsionam a própria busca pelo interdisciplinar, necessitando cada vez mais ampliarmos as nossas habilidades como comunicadores, como pesquisadores de nossas próprias práticas. Fazer uso do

lúdico e dos jogos como princípios de construção de conhecimentos e saberes, sob o enfoque reflexivo em diferentes atividades, analisando e viabilizando a concretização das possíveis conexões entre as disciplinas.

Assim, se estabelecer diretas relações entre o vivido como experiência pelos nossos aprendentes e os múltiplos conteúdos formais, propicia a depuração, ou seja, o aprimoramento da atuação e cria um processo contínuo de revisão e transformação da prática pedagógica e, com isso, seguir ensinando e aprendendo e ensinando ao caminhar junto pois "(...) ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, sem aprender a refazer, a retocar o sonho por causa do qual a gente se pôs a caminhar". (FREIRE, 2001, p. 155)

Uma vez que conhecimento não é resultado e sim processo, ele também é colocado como um ciclo continuamente reelaborado, que, envolve o conteúdo e estrutura. Deve-se, então, promover a construção desse conhecimento pelo estabelecimento de relações procedimentais, ou conceituais que conduzem a novos conhecimentos ou teorias transitórias, a cada ponto de chegada surgem outros desafios, que constituem novos pontos de partida.

Novas habilidades e competências nos são imprescindíveis para a nossa adaptação neste mundo de complexas e permanentes mudanças, o que faz por exigir que se obtenha uma competência pautada pelo jogo dialético entre o equilíbrio e o desafio. De acordo com o que diz Ivani fazenda,

...há necessidade de o professor apropriar-se do conhecimento científico, de saber organizá-lo e articulá-lo, de ter competência. Mas, essa competência, para o verdadeiro educador, deve estar impregnada de humildade, de simplicidade de atitudes. É necessário enxergar o outro, construir com ele o alicerce do conhecimento, não só para servir a sociedade, mas para enaltecer a vida. (FAZENDA, 1979, p.63)

Na busca por novas teorias e conquistas a ousadia em fazer do nosso caminhar um movimento de autoria, exercita o nosso desejo de uma cidadania planetária, cultivando no jardim das nossas vidas sentimentos e valores de solidariedade, amorosidade e justiça. Seguir acreditando na educação e no poder presente no ato humano de aprender, apreender e ensinar.

Ensinar e Aprender Arte

A tomada de decisão a respeito do que ensinar não é independente da decisão sobre o que queremos que o aluno aprenda. Ensinar Arte é trabalhar com o desenvolvimento das habilidades para que o aluno seja capaz de refletir, imaginar e

criar. Partindo de um processo de experiências, diálogos e conexões com o mundo social e cultural em que o mesmo participa. Ensinar Arte significa...

...mais do que proporcionar aos alunos o conhecimento da história da humanidade a partir de um modo específico, formativo e inventivo de fazer, exprimir e conhecer, para além da ciência e dos limites das estruturas da língua falada e escrita. (DUARTE, 1995, p.11).

Aprender Arte na escola leva-se em conta o que faz sentido para o aluno, aquilo que desperta sua curiosidade e seu respeito à produção artística, apreciando a Arte e seus idealizadores, trazendo para dia a dia o respeito a si e aos outros, despertando seu gosto pela criação.

A Arte deve incentivar a criação de um repertório pictórico, gráfico... como gosto, prazer e entusiasmo, destacando assim seu caráter lúdico, como afirmam no PCN (1997) “a aprendizagem é um procedimento, por outro lado se dá pelo fazer. É papel do professor garantir situação para a execução de procedimentos”.

Para ensinar e aprender Arte, precisamos entender sua função, trabalhando a questão do feio e belo, valorizando a produção do aluno, sua expressão, autoestima, desenvolvendo percepção, imaginação, sensibilidade, estreitando sua história, cultura, contribuindo para a formação do indivíduo. Fischer (1973) diz que “a função da Arte não é passar por portas abertas, e sim abrir portas fechadas”.

Ensinar e Aprender Ciências

Para contemplar o tema Diretrizes Curriculares para a Educação Básica, sem num primeiro momento envolvermos a grade curricular, atualmente trabalhada e na qual no fundamentamos, é necessário compreender e definir dois temas básicos: Habilidades e Competência, tidos como fundamental para o novo desenvolvimento educacional do público alvo – os alunos – acabando, dessa forma com a discriminação sociocultural da população, pois segundo Perrenoud (1999, p.154), “a abordagem pedagógica com base nas competências pode trazer novos caminhos de luta diante das desigualdades sociais, uma vez que crianças oriundas de elites econômicas e crianças oriundas de classes menos favorecidas economicamente teriam as mesmas oportunidades de desenvolvimento de competências lógicas para a vida prática, não cabendo mais a distinção entre pobres e ricos a partir de suas capacidades intelectuais”.

Segundo Aurélio Buarque de Holanda, entende-se por Habilidade a aptidão para realizar alguma coisa e/ou capacidade legal para certos atos e como

Competência a qualidade de quem é capaz de apreciar e resolver certos assuntos; fazer determinada coisa; o que se traz para execução de uma tarefa; tendo como sinônimo capacidade, habilidade, etc.

Com base nestes conceitos, o primeiro passo a ser questionado, para colocarmos em prática o estudo das Diretrizes Curriculares, é a Habilidade que o professor possui, seguido de sua Competência para ensinar, pois é necessário reconhecer as próprias competências individuais, procurando mapear as possibilidades e limites na execução dos trabalhos. Dentro deste contexto o primeiro passo está na maneira de Planejar conteúdos didáticos de forma que permita ao aluno compreensão, tanto pela via intelectual quanto pela via prática. Este fato se resume na Estratégia em que o professor irá aplicar a seus alunos. Para desenvolvimento da estratégia, a ser aplicada, há a necessidade do professor de realizar uma sondagem (avaliação diagnóstica) em sua sala de aula.

Logo o ato de planejar prevê escolha de estratégias para o ensino, evitando a rotina. O professor precisa saber ensinar, partindo de um diagnóstico global e integrado da realidade. Exigir dos alunos um trabalho devido, adequado, de qualidade.

Uma vez observado este estudo o professor lançará mão de estratégias para contemplar o tema referente ao assunto proposto, relativo ao ano escolar que está trabalhando e com isto desenvolver as competências de seus alunos, com base a conhecimentos adquiridos, seja nos bancos escolares, seja no seu dia a dia, pois os questionamentos por parte dos alunos, de acordo com sua faixa etária, são fundamentais para o descobrimento de novos caminhos, quer na sua vida acadêmica como na social.

A participação dos alunos nas discussões leva-os a mostrar os seus conhecimentos e ter mais liberdade de expressão, contudo, deve o professor, com sua competência, ter o discernimento de saber conduzir os debates, buscando a participação de todos os seus alunos indistintamente, sujeita a prevalecer a opinião de alguns em detrimento de outros, pois se sabe que em uma sala de aula existe uma Heterogeneidade do conhecimento básico. Assim sendo, todo o professor deve tomar consciência que uma grade curricular não é fixa, imutável, mas sim suscetível de mudanças dentro de uma conscientização profissional, sempre focando o binômio Ensino-Aprendizagem.

O que queremos para o nosso aluno?

Todo professor, além do domínio dos conhecimentos específicos de sua área, precisa ter competência política e humana para transferir ao seu aluno, para que o

mesmo possa ser atuante no contexto social, político e cultural em que está inserido. Portanto, há necessidade dos alunos adquirirem conhecimentos para pensar, raciocinar, criticar e interferir na sua realidade, fatores necessários para desenvolver o senso de competição, principalmente quando exposto ao mercado de trabalho.

Para cumprir de forma efetiva e consciente este pressuposto, deve o docente, dentro da sala de aula, com habilidade de mediador, buscar as competências de cada aluno, fazendo com que os mesmos desenvolvam, entre outras, a oralidade, fator de suma importância nos dias de hoje, usada com grande frequência em processos seletivos que requerem entrevistas. Essa habilidade, quando bem desenvolvida, força o educando a deixar de lado sua timidez, liberando-o e conseguindo expor seus conhecimentos, que ficam reprimidos por vergonha e/ou insegurança.

Com isso, o próprio conteúdo de Ciências torna-se mais atraente ao aluno, à medida que se proporciona informações que lhe assegure conhecimento, cultivando, dessa forma, curiosidade, compreensão da diversidade do meio ambiente e sua atuação nesse, interagindo e expressando seus conhecimentos adquiridos no cotidiano.

Assim torna-se possível a realização de várias propostas, na qual ocorra efetivamente a participação ativa do aluno, não o limitando simplesmente a memorização. Portanto é preciso a adoção de técnicas de ensino adequadas, por parte do professor, promovendo uma orientação mais segura e aprimorando o saber sistematizado. Para isto o professor deverá ter certa maleabilidade para executar essas novas técnicas, aprofundando-as até o nível que julgar conveniente e sempre, dentro do possível, usar outras fontes além do livro didático.

O ensino de Ciências deve ser um instrumento para que o aluno possa dialogar de maneira científica com seu meio. Logo, conhecer Ciências significa ampliar a possibilidade de participação social. Para que isto aconteça é preciso que os conteúdos sejam apresentados de forma organizada, globalizada e inter-relacionada e que garanta, na relação aluno-professor, um espaço de reflexão e questionamento dos elementos essenciais envolvidos na construção de conceitos.

Por outro lado, o processo de ensino-aprendizagem de Ciências deve ser contínuo, sendo necessário que o educando se conscientize que todo conteúdo apresentado não fique restrito somente a sala de aula, havendo a necessidade da participação da família neste processo para obrigá-los a assumir suas responsabilidades de aprofundamento do saber, após seu período escolar.

O Conselho Nacional de Educação (CNE) definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação. Segue o resultado, da configuração das Diretrizes para a

Disciplina de Ciências Naturais no Município de Itajaí, pautadas em princípios, características e objetivos:

Princípios

1. A Disciplina de Ciências deve propiciar o desenvolvimento de competências para a vida prática. Para tanto, caberá à diminuição dos conteúdos com o intuito de um tempo maior para que os alunos possam exercitar seus saberes;
2. A Disciplina de Ciências deve promover o desenvolvimento integrado de capacidades e atitudes que viabilizam a utilização dos conhecimentos em situações diversas;
3. A Disciplina de Ciências deve, como parte integrante do currículo, abordar os temas transversais e outros temas, cuja relevância seja identificada pela escola;
4. A Disciplina de Ciências deve desenvolver princípios e valores como o respeito pelo saber e pelos outros, pelo patrimônio natural e cultural, conducente à conscientização ecológica e social, à construção da sua própria identidade e à intervenção cívica de forma responsável, solidária e crítica;
5. A Disciplina de Ciências deve centrar o ensino e aprendizagem no desenvolvimento de competências e habilidades por parte do aluno, em lugar de centrá-lo no conteúdo conceitual, assim, há de se considerar as habilidades e competências como objetivos em si, tal como se faz com a leitura e a escrita, considerando o desenvolvimento das capacidades dos alunos com relação à aprendizagem não só de conceitos, mas também de procedimentos e de atitudes;
6. A Disciplina de Ciências deve desenvolver competências e habilidades como objetivos de ensino e aprendizagem. Do ponto de vista prático, isso significa que é necessário que os alunos tenham a possibilidade de descobrir os seus próprios caminhos “aprendendo a aprender”;
7. Para o Ensino de Ciências se espera que o professor faça escolhas e trabalhe com mais profundidade determinados assuntos, ou seja, é preciso a participação ativa do professor na escolha e elaboração de metodologias e conteúdos;
8. É fundamental que se utilizem diversos instrumentos e situações para poder avaliar diferentes aprendizagens. Para que a avaliação seja feita em clima afetivo e cognitivo propício para o processo de ensino e aprendizagem, os critérios de avaliação necessitam estar explícitos e claros tanto para o professor como para os estudantes;

Características: O ensino de Ciências deve ter como principais características:

- O incentivo ao pensamento lógico sobre fatos do cotidiano;
- Ser voltado à resolução de problemas práticos;

- A preparação para a vida em um mundo científico e tecnológico e a articulação com o mundo do trabalho;
- Ser articulado com ações que melhorem a qualidade de vida das pessoas e de todos os seres;
- O desenvolvimento do potencial intelectual das pessoas;
- A aquisição de conhecimentos e habilidades para formação de valores e atitudes;

Objetivos:

- Compreender a natureza como um todo dinâmico e o ser humano com agente de transformações;
- Compreender a Ciência como produção de conhecimento humano associada a questões sociais, econômicas, políticas e culturais;
- Elaborar juízo sobre o conhecimento científico, compreendendo sua relação com as necessidades humanas, seus riscos e benefícios;
- Compreender a relação entre saúde pessoal, social e ambiental, reconhecendo-os como bens coletivos;
- Responsabilizar-se pelo cuidado com o próprio corpo, adotando hábitos de higiene pessoal e do ambiente em que vive;
- Elaborar questionamentos e propor soluções para questões reais, colocando em prática conceitos, procedimentos e atitudes;
- Saber utilizar conceitos científicos básicos;
- Ler e inferir sentido a diferentes tipologias textuais e materiais informativos;
- Trabalhar em grupo ou em equipe, de forma crítica e construtiva, colaborando para a construção coletiva do conhecimento;
- Estabelecer relações entre os diferentes seres e ambientes, suas características, comportamento e condições observadas;
- Organizar e registrar informações, comunicando suas percepções e conclusões, com respeito à diversidade de opiniões;
- Valorizar todas as formas de vida e a preservação dos diferentes ambientes;
- Dominar a língua portuguesa e fazer uso das linguagens matemáticas, artísticas e científicas;
- Construir e aplicar os vários conceitos das áreas do conhecimento para compreensão dos fenômenos naturais;

- Selecionar, organizar, comparar, interpretar dados e informações representados de diferentes formas para enfrentar situações-problemas e relacionar aos conhecimentos adquiridos;
- Recorrer aos conhecimentos adquiridos para elaborar propostas de intervenção e interação solidária na realidade, respeitando os valores humanos e considerando a diversidade sociocultural.

Adaptação de: Parâmetros Curriculares Nacionais e Diretrizes Curriculares Nacionais

Ensinar e Aprender Ensino Religioso

A República Federativa do Brasil, através da sua Constituição Federal, tem como fundamentos: a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.

São competências do Ensino Religioso:

- O conhecimento religioso presente na escola ajuda os educandos a construção da cidadania e a articulação da construção de uma sociedade voltada para a paz.
- O educando terá a oportunidade de desvelar o sentido mais amplo da existência, com objetivos e valores que delimitem o sentido da vida, ressaltando a dignidade como ser humano, o respeito por si mesmo e as diversas relações com o outro.
- Através do conhecimento do fenômeno religioso contribuir para a construção de valores que encaminhem nossos educandos para uma atitude solidária e diferenciada em relação a sociedade e as mudanças positivas na sua postura enquanto cidadão.
- Diante da experiência do fenômeno religioso como lidar com as diversas dificuldades presentes na história da sociedade e da escola, sem estar preso a verdades absolutas, e sim, utilizar de bases sociológicas para entender o processo do fenômeno religioso e sua relação com os problemas atuais da sociedade.
- Compreender a diversidade religiosa e cultural existente no Brasil e no mundo.
- Desmistificar a separação do fenômeno religioso da sociedade, ajudando a entender que a vida social está intimamente relacionada à vida religiosa, tendo em vista que a organização social tem como base a organização religiosa e a religião contribui para a vida comunitária e social das pessoas.

- Ajudar na promoção do conhecimento e do diálogo dos diferentes fenômenos religiosos ao tratar do sagrado como Transcendente.
- Garantir o espaço de discussões das questões da diversidade e das questões ambientais como forma de promoção da cidadania e da paz universal.

Ensinar e Aprender Educação Física

Segundo a resolução nº 4, de 13 de julho de 2010 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, em seu artigo 3º, nos diz sobre os objetivos de cidadania e dignidade da pessoa, que pressupõe igualdade, liberdade, pluralidade, diversidade, respeito, justiça social, solidariedade e sustentabilidade. Justamente, já havia preocupações relevantes para uma mudança positiva para acompanhar a fase de transição que a educação física escolar sofrera nas dimensões educacionais.

Pensando no desenvolvimento e crescimento dos alunos da rede pública municipal de ensino de Itajaí, em 2012, foi formado um grupo de estudos, baseados no Projeto Educativo de 2000 e no Caderno Metodológico de 2003, que atendessem às novas necessidades curriculares da educação física, no aspecto político, social, econômico, cultural, tecnológico, científico e comportamental. Pois é de suma importância, o professor vincular-se com as mudanças que ocorrem no mundo e na sociedade, discernindo hábitos inseridos pela cultura social.

Os conteúdos da educação física escolar do ensino fundamental – 1º ao 9º ano- ganharam autonomia e identidade, inter-relacionando o processo ensino aprendizagem de acordo com o desenvolvimento motor e cognitivo de cada aluno. Ou seja, os conteúdos foram apresentados e formulados, respeitando o amadurecimento e a individualidade de cada criança e adolescente, direcionados na sua realidade escolar e social.

A estrutura da nova metodologia de ensino acompanhou os parâmetros curriculares nacionais da educação física: esportes, jogos, lutas e ginásticas/ atividades rítmicas e expressivas/ conhecimento sobre o corpo. Onde cada professor, no seu estabelecimento de ensino, distribuirá a maneira mais diversificada e adequada às possibilidades e necessidades de cada contexto.

Os conteúdos da Educação Física para o Ensino Fundamental foram difundidos no grupo de estudos com o objetivo de desenvolver conhecimentos de grandes amplitudes teóricas e práticas que identifiquem e organizem a disciplina, tendo em vista sua compreensão no contexto escolar. Uma reinterpretação e

redefinição de valores e normas e também dos procedimentos que definem a avaliação.

Garantir aos alunos uma reflexão sobre a cultura corporal do movimento, através dos esportes, jogos, brincadeiras, ginásticas, lutas, dança e atividades que estimulem hábitos saudáveis é trazer ao aluno, sua história, sua cultura, suas manifestações, abordando a ludicidade e o prazer em movimentar-se.

As atividades pré-desportivas, os esportes são entendidas nesse trabalho, como um fenômeno social e cultural que, em suas várias manifestações metodológicas tornam uma ferramenta de aprendizado para o lazer, para o aprimoramento da saúde e para integrar os sujeitos em suas relações sociais. Contudo, o Profissional não poderá negligenciar a reflexão crítica, pois senão cairão na sobrepujança, competitividade e individualismo, tornando a disciplina sem destaque no cotidiano escolar.

Assim, contemplarão desde a adaptação, o aprendizado e o aperfeiçoamento das técnicas, regras das modalidades esportivas, tendo em vista, a amplitude de informações coerentes daquela realidade social. Existirão momentos de reflexão sobre a mídia e a sociedade, esporte e cidadania, atividades esportivas e seu momento histórico.

No caso dos jogos e brincadeiras, os alunos aprendem a respeitar os combinados, a liberdade e os limites, sem esquecer do lúdico. É muito importante para a construção do relacionamento do eu com o outro, sem a subordinação de um sujeito para o outro. Nas brincadeiras existem posições hierárquicas que mudam de acordo com a situação do jogo. Geralmente o mais habilidoso assume o papel com maior liderança, é aí que entra a intervenção do Profissional, de modo discreto, quase imperceptível e sendo em alguns momentos, parte da “brincadeira” com a finalidade de intrometer-se na reflexão do aluno, fazendo um exercício crítico das práticas que reforçam esse tipo de conduta exacerbada. Os trabalhos com jogos e brincadeiras são importantíssimos para o desenvolvimento do ser humano.

A ginástica deve dar condições ao aluno de reconhecer as possibilidades do seu corpo. Onde privilegiam o bom desempenho de grupos musculares e aprimoramento do desempenho físico, assim como nas lutas, onde o aluno aprenderá as mais variadas formas da cultura humana e suas simbologias.

A dança constitui uma experiência corporal fantástica, onde o conteúdo apresenta as possibilidades de superação de limites, expressões artísticas, sensualidade, estética, criatividade e acima de tudo, aprofundamento na consciência crítica reflexiva com seus significados, instituindo diferentes situações, aprendendo sobre as manifestações culturais e expressivas que cercam o aluno.

Considerando que a educação física escolar ingressa a criança na sociedade, ensina a seguir regras, ajuda a superar a timidez, freia seus impulsos excessivos, torna o aluno mais colaborador e menos individualista, reconhece e respeita a hierarquia, produz um aumento generalizado do movimento coordenado, expandem suas possibilidades motoras, ajuda no seu crescimento, potencializa a criação e regularização de hábitos mais saudáveis, desenvolve seu prazer pelo movimento, estimula a higiene e a saúde, ensina a ter responsabilidades. Fica claro então, a finalidade nos diversos ciclos do processo ensino-aprendizagem, onde o profissional, como mediador da educação corporal, poderá realizar influencias positiva, onde os resultados serão vistos pela sociedade como ponte para hábitos mais saudáveis e coerentes de vida.

Pressuposto da Disciplina

A Educação Física é de suma importância, sobretudo como uma disciplina pedagógica e educadora que através do movimento interage com a realidade das crianças de forma lúdica e recreativa, auxiliando o desenvolvimento psicomotor.

As influencias exercidas pelos jogos e brincadeiras na idade escolar favorecem a inclusão dos conteúdos da educação física. Portanto, as atividades vivenciadas pelos educandos possibilitam a relação entre o compreender e o realizado, solucionando problemas da ordem corporal em diferentes contextos, regulando e dosando o esforço em um nível compatível com as possibilidades, que o aperfeiçoamento e o desenvolvimento das competências corporais decorrem de perseverança e regularidade e devem ocorrer de modo saudável e equilibrado.

Dada a importância da ação da disciplina sobre a organização do individuo, é indispensável um trabalho educativo que venha promover um melhor desenvolvimento das potencialidades na reeducação do movimento, caracterizando e formando cidadãos saudáveis com uma boa qualidade de vida.

Objetivos Gerais

O trabalho de Educação Física nos anos do ensino fundamental, possibilita aos alunos terem desde cedo, a oportunidade de desenvolver habilidades culturais, esportivas e sociais, participando de atividades corporais, estabelecendo relações equilibradas e construtivas com os outros, reconhecendo e respeitando características físicas e de desempenho de si próprio e dos outros, sem discriminar por características pessoais, físicas, sexuais ou sociais, adquirindo atitudes de respeito mútuo, dignidade e solidariedade em situações lúdicas e esportivas, repudiando qualquer espécie de violência, conhecendo e valorizando o corpo em movimento,

respeitando a pluralidade de manifestações de cultura corporal do Brasil e do mundo, percebendo-as como recurso valioso para a integração entre pessoas e entre diferentes grupos sociais. Reconhecendo a educação física, como elemento integrante do ambiente, adotando hábitos saudáveis de higiene, alimentação e atividades corporais, relacionando-os com os efeitos sobre a própria saúde e de recuperação, manutenção e melhoria da saúde coletiva.

Objetivos Específicos

- Auxiliar o desenvolvimento das áreas cognitivas, sócio-afetivas e físico-motor compatíveis com a idade;
- Estimular o interesse pela prática das atividades físicas nas ginásticas naturais, pré-desporto, atividades recreativas de forma organizada.
- Favorecer o desenvolvimento físico, o controle do corpo e dos segmentos;
- Favorecer as atitudes e a sociabilidade na prática da educação física escolar.
- Apresentar meios que educando interaja com expressão corporal de uma maneira natural.
- Desenvolver noções e conhecimentos sobre higiene, saúde, formação corporal, esportes, recreação, atividades complementares, organização, participação de jogos.

Metodologia do Ensino- Aprendizagem da Educação Física

É fundamental definir o papel da Educação Física no universo escolar para direcionarmos as aulas oportunizando o leque de vantagens que essa disciplina favorece no aprendizado dos alunos. Entende-se que o desenvolvimento das atividades corporais e lúdicas tem a sua devida importância no processo de formação global dos educandos. Precisamos garantir a permanência desta disciplina no processo ensino aprendizagem formal e valorizar o seu verdadeiro valor na formação das crianças na idade escolar.

A Educação Física, enquanto componente curricular da educação básica deve introduzir e integrar o aluno na cultura corporal de movimento, formando o cidadão que vai produzi-la, reproduzi-la e transformá-la, instrumentalizando-o para usufruir do jogo, do esporte, das atividades rítmicas e dança, das ginásticas e práticas de aptidão física, em benefício da qualidade de vida. (BETTI,1992, p.282) Portanto é tarefa do PROFESSOR de Educação Física Escolar atuar sempre em foco com a LUDICIDADE e o BRINCAR de forma organizada, planejada e direcionada.

As atividades lúdicas, representadas pelos jogos, pelo desenvolvimento pré-esportivos, pelas brincadeiras, pelas atividades rítmicas e expressivas, pelas lutas,

enfim, pelos conteúdos da educação física escolar do ensino fundamental deve desenvolver o aprendizado de maneira mais prazerosa possível, proporcionando as crianças e adolescentes momentos únicos de alegria, diversão com comprometimento no desenvolvimento integral (social e afetivo, psicomotor e cognitivo) dos educandos, trazendo a responsabilidade e o aprendizado no cotidiano dessas crianças.

A ludicidade é uma necessidade de crescimento no conhecimento da criança e adolescente em todas as idades, não podendo apenas ser vista como lazer ou momentos de prazer, mas sim em desenvolver a criatividade, a socialização com o próximo, o raciocínio, a coordenação motora.

Ao permitir a manifestação do imaginário infantil, por meio de objetos simbólicos dispostos intencionalmente, à função pedagógica subsidia o desenvolvimento integral da criança. Neste sentido, qualquer jogo empregado na escola, desde que respeite a natureza do ato lúdico, apresenta caráter educativo e pode receber também a denominação geral de jogo educativo (KISHIMOTO, 2001, p.83).

Assim sendo as aulas de educação física não precisam somente ser desenvolvidas nos espaços específicos a prática de movimentos corporais, mas ser vista como disciplina, no aprendizado integrado as outras disciplinas. A teoria e a prática caminhando juntas no despertar do conhecimento. Planejamentos coerentes, projetos interdisciplinares, pesquisas, movimentos corporais, prática de atividades físicas e abordagens sobre a saúde e higiene fazem da educação física uma disciplina flexível com as diversidades encontradas em diversos ambientes escolares.

(...) é preciso que se operacionalizem os conteúdos da EF em atividades de nível prático e em atividades de nível teórico. Ambas devem ser dispostas numa visão de unidade, sem que isso signifique uma descaracterização da disciplina, a perda de sua identidade e de sua legitimidade. A prática pedagógica da EF na escola, fundamentalmente, materializa-se na forma de aula. Por ser aula, possui atividades de nível teórico e de nível prático que interagem entre si. Então, as atividades são, na verdade, teórico-práticas. São práxis da EF.” (JEBER, 2003, p.113)

Portanto, o lúdico direcionado, aulas teóricas- práticas e o planejamento interdisciplinar são os alicerces das aulas de educação física, oportunizando o desenvolvimento dos alunos e criando uma consciência única e inesquecível aos educandos quanto a prática corporal organizada, coerente e estruturada.

Ensinar e Aprender Geografia

O olhar curioso do homem para os espaços que o rodeia existe desde a pré-história, quando o homem tentava compreender e explicar os diferentes fenômenos naturais que o afetavam. Com o passar do tempo esses espaços foram se transformando e as relações do homem com o seu meio ampliou-se, emergindo assim a necessidade da compreensão de outros fenômenos além dos naturais, como aqueles ligados a economia, as tecnologias, a população e as questões ambientais. A medida que as transformações vão acontecendo surge a necessidade de explicá-las, compreender como se inter-relacionam e a melhor maneira de vivenciá-las. Então, como compreender e explicar a rede de transformações que caracterizam e dão identidade ao espaço geográfico?

A resposta a esse questionamento situa o ensino de Geografia que acreditamos ser necessário na Rede Municipal de Ensino de Itajaí, que é o de uma Geografia explicada a partir das relações entre o homem como indivíduo com o espaço físico, com a economia, com as tecnologias, com as políticas, com as sociedades e culturas que conseqüentemente produzem o espaço geográfico (numa perspectiva da Geografia Crítica, Ambiental e Humanista).

Ainda numa perspectiva mais humanista é importante que o Ensino de Geografia proporcione ao aluno o reconhecimento do lugar em que ele está inserido assim como os atores, políticas, processos, fenômenos entre outros fatores que o constituem.

Já numa perspectiva da Geografia Crítica, os conceitos fundamentais da Geografia como Território, entendido por espaço regido pelo poder; paisagem como o espaço visível, sentido, percebido ao indivíduo que está em contato com ele (seja frente a ele ou por meio de imagens que o representam) e região como área delimitada por características comuns (sejam elas naturais ou culturais) devem ser trabalhados, estudados e ensinados como rede, interdependentes e indissociáveis. É a partir desses conceitos e para melhor compreendê-los que uma gama de conteúdos deverão ser trabalhados em sala de aula com os alunos. Entendendo que as discussões sobre os conceitos fundamentais da Geografia, desenvolverão competências e habilidades que instrumentalizarão o aluno a atuar no meio em que está inserido de forma consciente, com percepção crítica da história construída por ele e da história que o constrói, desta forma reconhecendo-se como sujeito ativo e responsável pelo seu meio. Ao encontro desse argumento, CAVALCANTI (2010, p. 24), argumenta que trata-se de possibilitar aos alunos a prática de pensar os fatos e acontecimentos enquanto constituídos de múltiplos determinantes; de pensar os fatos

e acontecimentos mediante várias explicações, dependendo da conjugação desses determinantes, entre os quais se encontra o espacial.

Desta forma percebe-se que o ensino de Geografia, não pode ser ocupado apenas pela simples memorização de rios e capitais, mas como os rios vem sendo apropriados pelo homem e como as capitais são e foram construídas e organizadas, e isso, torna o ensino de Geografia muito mais dinâmico e complexo, cabendo ao professor e aluno desvendarem essa complexidade.

Competências a ser alcançadas com o ensino de Geografia:

- Utilizar-se da linguagem cartográfica para melhor orientar-se no espaço geográfico.
- Compreender que o espaço geográfico é resultado das ações humanas e da natureza ao longo do tempo, utilizando-se desse conhecimento para atuar de forma consciente no meio ao qual está inserido.
- Relacionar os fenômenos naturais que interferem no espaço geográfico com aqueles provocados pela ação humana.
- Analisar os efeitos do desenvolvimento econômico e tecnológico mundial na esfera socioeconômica local.
- Conviver de forma harmoniosa, respeitosa e ética com a diversidade étnica/cultural existente no espaço geográfico.
- Compreender o processo de formação do território brasileiro, bem como a estrutura econômica política, social e demográfica.

Ensinar e Aprender História

Curiosidade, conhecimento, interpretação! Memórias, culturas, ideias... Lutas e conquistas, pensamento e liberdade! Participação!!! Estas são algumas palavras que fazem parte do perfil de um historiador, um construtor de cidadania. Além de ser um profissional treinado para ter muitos olhares, é apaixonado pela transformação e pelas possibilidades de, com seu trabalho, promover em muitos uma consciência social de referência. Além disso, um historiador não descarta as oportunidades de experimentar momentos que julga essenciais e que contribuirão para o crescimento da sua e da jornada de outros.

Buscando consolidar as Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental na Rede Municipal de Ensino de Itajaí, objetivou-se elaborar conjuntamente as Diretrizes Curriculares para o Ensino de História, repensando a prática pedagógica e novas

possibilidades de o quê e como ensinar, que tipo de homens e mulheres queremos formar, uma vez que os pilares da educação democrática hoje baseiam-se na formação para a cidadania.

Este documento abarcará o conhecimento de História articulando-o com os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental. Para tanto, considera-se nesse processo, além dos documentos nacionais como as Diretrizes Curriculares Gerais para a Educação Básica e as Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, as propostas contidas no Projeto Educativo da Rede Municipal de Itajaí (2000) e nos PCNs.

Nessa perspectiva, privilegia-se o ensino de História por meio das habilidades e competências definidas, oportunizando aos alunos aprendizagens múltiplas que lhes permitam inserir-se em diferentes contextos como sujeitos capazes de aprender a ser, aprender a conhecer, aprender a fazer e aprender a conviver.

Dessa forma, o professor é um elemento chave na organização das situações de aprendizagem, pois lhe compete estimular a articulação entre saberes e competências. Através do ensino de História, o professor proporcionará ao aluno a oportunidade de ampliar seu conhecimento de caráter científico e reflexivo no processo de construção de sua identidade social, bem como favorecerá instrumentos que contribuam para o desenvolvimento de habilidades no aluno ao utilizar diversas fontes históricas, como a linguagem oral, escrita e visual.

Ensinar e Aprender Língua Portuguesa

O objetivo da Língua Portuguesa na escola é formar indivíduos capazes de adequar-se às diversas situações que a sociedade lhes impõe, conhecendo a gramática, expressando-se oralmente e também por escrito, além de posicionar-se criticamente diante das diversas situações do cotidiano.

Desse modo, os aspectos básicos que todo falante de uma língua conhece e usa é a sintaxe, ou seja, sistemas de funcionamento da língua, neste contexto, a portuguesa. Os indivíduos precisam comunicar-se no dia a dia e não percebem que estão fazendo uso da gramática de maneira espontânea, sendo assim, o conjunto de regras é transmitido despercebidamente.

No que concerne ao estudo da Língua Portuguesa, independentemente da seriação dos conteúdos, o tópico que deverá ser apresentado ao aluno não poderá ser ministrado de forma aleatória e descontextualizada, desprovido de uma abordagem prática e relevante.

Para sistematizar esses conhecimentos sobre a língua é preciso “aprender” gramática. Daí a necessidade de ensiná-la nas escolas e mostrar que esta matéria é de suma importância para o convívio em sociedade, pois quem se comunica melhor consegue atuar, influir a sua volta, modificar as coisas, interagir, dar opiniões, discordar, viver. Enfim, participar da vida em sociedade, exercendo certamente melhor a sua cidadania.

Uma das várias preocupações que vêm junto com o ensino da gramática é que muitas vezes a língua, como objeto de estudo, distancia o aluno do contexto em que vive.

É que acontece nas nossas escolas, em que é ministrado o conteúdo das matérias de português através de textos ou fragmentos de obras literárias, onde se utiliza uma linguagem muito distante da falada e ouvida pelos alunos, e isso também acontece nos exemplos dados pelas gramáticas normativas. (SOARES , 1988).

Magda Soares analisa em seu texto duas perspectivas na qual uma língua pode ser encaixada, estas são: a língua como instrumento de comunicação e a língua como objeto de estudo. As escolas privilegiam, em sua maioria, o estudo da gramática como objeto de pesquisa, utilizando assim a gramática normativa. A escola passa a impressão de que os alunos não possuem um conhecimento prévio sobre a própria língua materna, pois somente se preocupa em ensinar a língua portuguesa baseando-se na gramática normativa, ditando regras a serem seguidas e fazendo o uso do discurso do que é certo e do que é errado. Uma afirmação que se pode fazer para suscitar a discussão de que este método não dá certo consiste nos momentos em que o professor solicita ao aluno uma produção textual e este não consegue articular suas ideias de acordo com as normas estabelecidas e conceituadas como padrão.

O fazer pedagógico assume um papel importante no processo de aprendizagem do aluno. É ao professor, como mediador das aprendizagens, que cabe selecionar e oferecer – em atividades significativas – materiais, livros didáticos e diferentes tecnologias, a fim de que os alunos usufruam de diversificadas fontes de pesquisa e utilizem-nas na busca de informações. É ainda pela ação pedagógica que os alunos poderão transformar as informações em conhecimento e mobilizá-los no desenvolvimento de suas competências e habilidades, mas para que realmente se construam competências, o professor deve promover reflexões no intuito de permitir aos alunos estabelecer relações entre o conteúdo e o cotidiano.

No ensino de Língua Portuguesa deve-se respeitar primeiramente que o aluno tome posse da língua, para que depois ele possa tomar a consciência da importância do próprio idioma no seu cotidiano. E esse trabalho deverá colocar em interação tanto o professor, que é o mediador, quanto o aluno. “Daí as quatro áreas de

que deve cuidar o ensino de língua como instrumento de comunicação: falar, escrever, ouvir e ler”. (SOARES, 1988).

O ensino da língua tem como objetivo dar subsídios aos alunos para que estes possam fazer uso dela como instrumento de comunicação, ter a habilidade de saber adequar o seu discurso em relação ao contexto em que se encontram. Quando Evanildo Bechara² menciona a importância de “*sermos políglotas em nossa própria língua*”, ele transmite a ideia de que ensinar a gramática nesse caminho é tornar os alunos mais conscientes e com uma visão mais crítica do mundo. Sabe-se que é um trabalho difícil para o professor, para a escola, mas também necessário para o futuro dos cidadãos, pois, assim, o aluno perceberá que o que ele aprende na aula de Língua Portuguesa tem importância na sua vida, no seu dia a dia.

Com este tipo de aprendizagem o professor evidenciará que a aula pode ser muito atrativa e que tem muita relação com o cotidiano, pois é neste momento que ele aprenderá como se comportar verbalmente no contexto em que ele está inserido, seja em uma entrevista de emprego ou em algum lugar de lazer.

Diante dessa perspectiva, este é um dos motivos para ensinar a língua materna, pois o homem, para entrar em contato com quem o cerca, deve ter a capacidade de uso do português falado e escrito, para assim poder exercer melhor a sua cidadania, pois a língua portuguesa é observada como produto histórico-social, e, assim sendo, ensiná-la é recuperar em seus usuários o prazer de sua utilização.

Ensinar e Aprender Língua Inglesa

O ensino de língua inglesa no atual contexto educacional deve estar inserido no novo cenário mundial que se estabelece, com advento da Internet, com o encontro das culturas, o respeito à diversidade, a pluralidade de ideias e a inclusão. Ensinar e aprender inglês como segunda língua cria oportunidades de descobrir novas possibilidades e novas culturas.

Comunicar-se bem é essencial para a formação do cidadão na sua integralidade. Para tanto, a escola contemporânea deve proporcionar o acesso as mais variadas formas de construção do conhecimento, capacitando os alunos a atuarem como leitores críticos, que reconhecem e identificam os diferentes gêneros textuais com os quais entram em contato, comunicando-se nos diferentes contextos e situações em contato com a língua estrangeira, a fim de poderem questionar e transformar a realidade que os cerca.

É imprescindível um programa de ensino dinâmico, ou seja, um currículo que considere o meio em que o aluno está inserido, o contexto histórico, seus

conhecimentos prévios, os conteúdos, as estratégias, os recursos tecnológicos e a metodologia a ser ensinada.

Desta forma, é possível desenvolver a competência comunicativa e a consciência intercultural crítica. Segundo Lima (2009):

[...]ensinar uma língua estrangeira implica a inclusão de competências gramatical e comunicativa, proficiência na língua, assim como, a mudança de comportamento e de atitude em relação à própria cultura e às culturas alheias. LIMA (2009)

Percebendo a língua estrangeira como a aquisição de um produto cultural complexo, o processo de aprendizagem implica no cumprimento de etapas bem definidas que culminarão com o domínio de competências e habilidades que permitirão ao aluno utilizar este conhecimento em sociedade.

Cabe ao professor mostrar que aprender uma língua estrangeira é útil, transforma, faz progredir quem a aprende, inserindo os sujeitos no mundo. Ela dá base para analisar, compreender, aceitar e participar da vida do outro. Neste viés, a língua inglesa deve ser apenas o caminho pelo qual, se pode criar e desenvolver posicionamentos relacionados a esperança, a paz, a cidadania, aos direitos humanos, a condutas, aos valores, as crenças, tornando o processo mais humano, prazeroso, dinâmico e significativo para os participantes, professor e aluno.

Na língua inglesa considera-se fundamental a prática e o desenvolvimento de quatro habilidades, *Writing, Reading, Speaking, Listening* - (Escrever, Ler, Falar e Ouvir).

A aprendizagem de uma língua estrangeira deve considerar uma abordagem comunicativa, construir significado a partir daquilo que o aluno já conhece, as estratégias e metodologias para o ensino destes conteúdos devem ser voltadas para situações que permitam o aluno interagir no processo.

As situações reais de uso da língua estrangeira, ainda que em situação de simulação, mobilizando competências e habilidades para atividades de uso do idioma, deve ocorrer por meio de procedimentos intencionais de sala de aula.

A realização dessas atividades demanda análise, escolhas linguísticas, leitura, interpretação, domínio de tecnologias, habilidade organizacional e sequencial, repertório linguístico e domínio de estruturas verbais – competências e habilidades que se ativam de forma concomitante e articulada. E compete ao professor de língua estrangeira colocar o aluno frente a essas situações de aprendizagem para que ele possa aprender e se desenvolver.

Ensinar e Aprender Matemática

A Matemática está presente na vida cotidiana de todo cidadão, por vezes de forma explícita e por vezes de forma sutil. No momento em que abrimos os olhos pela manhã e olhamos a hora no despertador, estamos “lendo” na linguagem matemática, exercitando nossa abstração e utilizando conhecimento matemático que a humanidade levou séculos para construir.

É quase impossível abrir uma página de jornal cuja compreensão não requeira um certo conhecimento matemático e um domínio da linguagem que lhe é própria: porcentagens, gráficos ou tabelas são necessários na descrição e na análise de vários assuntos.

Na sociedade atual, a Matemática é cada vez mais solicitada para descrever, modelar e resolver problemas nas diversas áreas da atividade humana. Para que possamos exercer de forma plena a cidadania é preciso saber contar, comparar, medir, calcular, resolver problemas, argumentar logicamente, conhecer formas geométricas, organizar, analisar e interpretar criticamente as informações.

Costuma-se ensinar a matemática como a reprodução do conhecimento, ou seja, apenas repassar aos nossos alunos aquilo que nos foi “ensinado” no decorrer de nossa vida acadêmica.

Mas será que isso é ensinar?

O cotidiano dos nossos alunos, certamente está carregado de informações e procedimentos matemáticos e cabe ao professor chamar atenção para este fato, sob pena de o aluno achar que o conteúdo nada tem a ver com a sua realidade. Assim, o desafio do professor é estar constantemente mostrando a relação do que está ensinando com o cotidiano do aluno.

Segundo Toledo e Toledo (2009; p.5) é muito mais fácil para o professor de qualquer disciplina simplesmente “passar o conteúdo” no quadro de giz e deixar que os alunos “mais capazes” absorvam esse conhecimento. Mas certamente é muito mais proveitosa a aula em que o professor, em vez de expor suas “certezas”, cria oportunidades para os alunos procurarem respostas e, em vez de monologar longamente, permite que haja troca de impressões e experiências. Desse modo, os alunos podem desenvolver suas habilidades de comunicação, formulação de hipóteses e crítica.

A Matemática, portanto, faz parte da vida e pode ser aprendida de uma maneira dinâmica, desafiante e divertida. Por meio do conhecimento matemático, o homem pode quantificar, geometrizar, medir e organizar informações. Neste contexto fica evidente o valor educativo da matemática, indispensável na resolução e

compreensão das diversas atividades do cotidiano humano.

No livro *O ensino da Matemática Hoje-Enfoques, Sentidos e Desafios* (SADOVSKY,2010;p.7), nos alerta para a necessidade urgente de avaliar, questionar e repensar os métodos de ensino da disciplina, a respeito das dificuldades e condições adversas do meio escolar. Afinal, para produzir um conhecimento de boa qualidade, não basta conhecer truques e fórmulas matemáticas memorizadas.

É preciso saber como aplicá-las e, mais que isso, compreendê-las, pois o que há de gostoso e interessante na matemática – e até mesmo emocionante – é “jogo” da argumentação: discutir ideias e desafios. Um problema debatido e comentado acaba formando um modelo para outros problemas do mesmo tipo. E, em vez de conhecimentos isolados, temos a construção de conhecimentos com nexos lógicos, formando um sistema, um modelado. Trata-se, portanto, de formação, e não apenas de informação.

A Matemática sem a menor sombra de dúvida, é a ciência que permite a análise do trabalho da mente desenvolvendo um raciocínio aplicável ao estudo de qualquer assunto ou temática.

11. REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. São Paulo: Cortez, 2004.

ALVES, Maria Leila. **A escola de Nove Anos: Educação Infantil e o Ensino Fundamental**. Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino: Organizadora: Maria Monteiro Silva. – Recife: ENDIPE, 2006.

ARROYO, Miguel. Uma celebração da colheita, In: TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro; LOPES, José de Sousa Miguel. (Orgs). **A escola vai ao cinema**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

BARROS, M. de. **Memórias inventadas: a infância**. São Paulo: Planeta, 2003.

BENJAMIM, W. Reflexões: **a criança, o brinquedo, a educação**. São Paulo: Summus, 1984.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica** / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Inclusão. **Revista da Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Secretaria de Educação Especial, v. 04, n. 05. Brasília: SEESP, 2008. disponível em: www.mec.gov.br. Acesso em 14 jul 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação**: razões, princípios e programas. Brasília: MEC, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Elementos Conceituais e Metodológicos para Definição dos Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento do Ciclo de Alfabetização (1º, 2º e 3º Anos) do Ensino Fundamental**. Brasília, dezembro de 2012.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**. Brasília: MEC, 2012.

_____. Constituição Federal, 1988.

CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia** - 5ªed. São Paulo - Ática, 1995

CITY, E. A; FIARMAN, S. E; TEITEL, Lee; ELMORE, R. F. Rodadas Pedagógicas - **Como o Trabalho Em Redes Pode Melhorar o Ensino e Aprendizagem** - Porto Alegre: Penso, 2014.

CRUZ, S. H. V. (Org). **A Criança Fala: a escuta de crianças em pesquisas**. São Paulo: Cortez, 2008.

DELORS, Jacques. Educação: Um Tesouro a Descobrir. **Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI** - 6 Edição. - São Paulo: UNESCO, MEC, Editora Cortez, Brasília, DF, 2001, p. 82-104.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1997. 293p.

DEMO, Pedro. Pesquisa participante: **saber pensar e intervir juntos**. 2. ed. Brasília: Líber Livro Editora, 2008.

DUARTE JR, J. F. **O Sentido dos Sentidos: a educação (do) sensível**. 5 ed. Curitiba: Criar Edições, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 12ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GESSER, V; FERREIRA, V. S. **Ensino fundamental de nove anos**: princípios, pesquisas e reflexões - 1. ed. – Curitiba, PR: CRV, 2013.

HAYDT, Regina Célia Cazaux (1997): **Curso de didática geral**, 4.ª ed., São Paulo, Ática.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Contos e Contrapontos: do pensar ao agir em avaliação**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

HOFLING, E. de M. **Estado e políticas (sociais) públicas**. In: Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001, p.30-41.

ITAJAI. Lei Complementar 3352/98 – **Sistema Municipal de Ensino do Município de Itajaí**, 1998.

ITAJAÍ.SC. Prefeitura de. Secretaria Municipal de Educação. Plano municipal de Educação de Itajaí –**Por uma gestão democrática na educação**. Itajaí: PI/sed 2004 p.10

KALOUSTIAN, S.M. (org) **Família Brasileira, a Base de Tudo**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 1998.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. nº 9394, de 1996.

LIBÂNEO, J. C. **Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 10-20. v. 67. (Questões de nossa época)

_____. Meio Ambiente: Saúde. Brasília/SED, 2001, p. 321.

MACHADO, S. F. **Mediação pedagógica em ambientes virtuais de aprendizagem**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, 2009.

MAFFESOLI, Michel. **Elogio da Razão Sensível**. Petrópolis, 1998.

_____. Ministério da Educação. Ensino Fundamental de nove anos: **Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade/ organização do documento**: Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2007. <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>>. Acesso em: 14 Ago. 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: **Atendimento Educacional Especializado**: Aspectos Legais e Orientações Pedagógicas. (org.) – Eugênia Augusta, Luísa de MARILLAC, Maria Teresa Mantoan. – São Paulo:MEC/SEESP, 2007.

MISTERIO DE EDUCAÇÃO, George. **Alunos Felizes**. Reflexão sobre a alegria na escola a partir de textos literários. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

MOREIRA, A. F. B. **A crise da teoria curricular crítica**. In: COSTA, M. V. O currículo nos limiares do contemporâneo. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF, 2001.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais e ética. Brasília: MEC/SEF, 2001.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. 3º e 4º ciclos: **Apresentação dos temas transversais**. Brasília/SED, 2001, p. 173.175.180.181.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo. Cortez, 1997, p. 14-15.

Resolução 001/2010. Altera artigo 29 da Resolução 002/2007 e Estabelece **Orientações e Critérios para o processo de Reclassificação** de alunos dos anos iniciais e final do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Itajaí/sc.

Resolução Normativa 002/2007 que altera a 004/99 do Conselho Municipal de Educação de Itajaí, que **fixa norma para o Sistema de Avaliação**.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **A Educação que ainda é possível: ensaios sobre uma cultura para a Educação**. PORTO ALEGRE: ARTMED, 2007.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo: Uma reflexão sobre a prática**. Tradução: Ernani F. da Fonseca Rosa. 3. Ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SANCHES, Raquel C. F. RAPHAEL, Helia Sonia. **Projeto Pedagógico e Avaliação institucional: articulação e importância**. Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior. Ano 11. v 11, n. 1, mar., p. 103 – 113, 2006

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica**. 2014

SANT'ANNA, Ilza Martins. **Porque avaliar?: Como avaliar?: Critérios e instrumentos**. 13. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação mediadora: Uma prática em construção da pré-escola à universidade**. Porto Alegre: Medição, 2006.

SCHLINDWEIN, L. M. **Arte e desenvolvimento estético na escola**. In: PINO, A; NEITZEL, A. de A. (Orgs). Cultura, Escola e educação criadora: Formação estética do ser humano. Curitiba: CRV, 2010.

Secretaria Municipal de Educação. Departamento de Ensino Fundamental. **Projeto Educativo: diretrizes básicas para o ensino fundamental da Rede Municipal de Itajaí**, 2000.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. **A Criança na Fase Inicial da Escrita: a Alfabetização como Processo Discursivo**. São Paulo: Cortez, 1988.

SNYDERS, George. Alunos Felizes. Reflexão sobre a alegria na escola a partir de textos literários. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

VOSGERAU, D. **Orientações para a integração dos recursos tecnológicos à proposta de trabalho do professor**. Texto impresso, 2010.

VYGOTSKI, Lev S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991. Série Psicologia e Pedagogia.